



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ceder  
H.  
J.fer

**PRIMEIRA REUNIÃO DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO, REALIZADA EM DEZ DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM -----**

**----- ATA NÚMERO DOIS -----**

Aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, pelas vinte e uma horas, realizou-se na sede, sita na Rua Almirante Cândido dos Reis, número 12, na Sala da Assembleia Municipal de Montijo, a primeira reunião da primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montijo, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Catarina Marcelino Rosa da Silva, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor Isidoro da Silva Santana, Primeiro Secretário e Excelentíssima Senhora Sandra Isabel Lopes, Segunda Secretária. ---

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, cumprimentou o Senhor Presidente da Câmara Municipal, a Vereação, os Senhores Deputados Municipais, os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e o público presente.

Efetuada a chamada para a verificação das presenças, além dos mencionados, foram registados os seguintes **Deputados Municipais**: **PS** – Débora Oliveira, José António Caria, Ricardo Bernardes e João Barbosa. **PSD** – Maria Ana Dias Neves, Pedro Nuno Vieira, Maria Teresa Tapadinhas Coelho, Maria Isabel Oliveira Cuco Grosso e Pedro Ilhéu Oliveira. **CDS** - António Loureiro Peixoto e Carlos Umbelino Ferreira. **CDU** – Francisco Salpico, Avelino Antunes, Elizabete Ferreira Santos e Isabel Maria Balreira. **BE** – Cipriano Pisco. **IL**– André Azevedo Ribeiro. **CH** – Alice Paula Seixas. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Handwritten signatures in blue ink.*

Foram ainda registados os seguintes **Presidentes de Junta ou seus substitutos**: -

**Junta da União das Freguesias de Atalaia e Alto Estanqueiro/Jardia** – Luís Miguel Morais (PS); -----

**Junta de Freguesia de Canha** – Armando Piteira (PS); -----

**União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro** – Fernando Caria, (PS); -----

**União das Freguesias de Pegões** – Mário Rui Ferreira (PS); -----

**Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes** – Júlio Mascarenhas (CDU). -----

Solicitaram **substituição do mandato**, que foi apreciado e aceite pela Assembleia Municipal nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro: -----

**Deputada Municipal** – Fernanda Fernandes (PS), tendo sido substituída pela **Deputada Municipal**, Débora Oliveira. -----

**Deputado Municipal** – António Carlos Ramos (PS), tendo sido substituído pelo **Deputado Municipal**, João Barbosa. -----

**Presidente da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes**, Dinora Caetano (CDU), tendo sido substituído pelo Senhor Secretário da Junta, Júlio Mascarenhas. -----

A **Câmara Municipal** esteve **representada** pelo senhor **Presidente**, Nuno Ribeiro Canta. Presentes também os senhores **Vereadores**: Joaquim Correia (CDU), José Manuel Santos (PS), Clara Silva, (PS), João Afonso (PSD), Sandra Magalhães (CDU) e Mara Cacheirinha (PSD). -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Handwritten signatures in blue ink.*

A referida sessão decorreu através de modelo misto - presencial e videoconferência, considerando: -----

A Resolução do Conselho de Ministros nº 157/2021, de 27 de novembro, que declara a situação de calamidade no âmbito da pandemia da doença COVID-19, até dia 20 de março de 2022. -----

Constatada a **existência de quórum**, a Senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, abriu o período destinado à **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**, de acordo com o artigo 34º do Regimento da Assembleia Municipal de Montijo. -----

O Senhor **Munícipe Carlos Fradique**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes, e disse: “Venho aqui reportar uma situação que me aconteceu no hospital do Montijo. Desloquei-me ao serviço de urgência do hospital, em virtude de ter um corte que necessitava de levar um ponto e fui confrontado com o facto de ter de me deslocar, para o efeito, ao centro Hospitalar Montijo/Barreiro, uma vez que no Montijo não existe essa valência. -----

O que eu pretendo com esta intervenção é sensibilizar todos para que não se esqueça o hospital do Montijo. É necessário criar mais valências”. -----

O Senhor **Munícipe Mateus Pires Lopes**, no uso da palavra, disse: “Eu quero cumprimentar todos os presentes e dar as boas-vindas aos novos membros. Quero também fazer a seguinte pergunta diretamente à senhora Presidente: desejo saber porque é que a Presidente da Assembleia Municipal cessante, disse, na sua intervenção dando as boas-vindas às diversas forças políticas, fazendo ressalva a partidos não democráticos eleitos. Coloco esta questão



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

C. Ser.  
16

pretendendo saber a que partidos se referia, porque paradoxalmente todos foram eleitos pelo povo que os escolheu”. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, disse: “Senhora Presidente, senhores deputados, nesta primeira intervenção na Assembleia Municipal deste mandato de 2021/2025, queria efetivamente cumprimentá-los pela vossa eleição e como é claro, esperar que nesta Assembleia tenhamos um debate esclarecedor, democrático e informativo para todos os nossos concidadãos. -----

Quanto à intervenção do senhor munícipe Carlos Fradique, que já foi autarca nesta autarquia, queria dizer-lhe que irei transmitir ao Conselho de Administração do Hospital do Montijo e Barreiro esta singularidade que não faz qualquer sentido, do meu ponto de vista, mas poderá haver aqui uma razão técnica que eu desconheça, porque quer o senhor, quer eu próprio somos de outra área da ciência. -----

Queria dizer também, que nós, felizmente neste último mandato, ganhámos mais competências e mais valências no Hospital do Montijo, uma das quais foi já inaugurada no ano passado e tem a ver com o hospital de dia, que são respostas de acompanhamento para a área da medicina psiquiátrica. É uma valência muito importante, mas também temos outra, que é a cirurgia de ambulatório, uma das melhores do País. -----

Mais uma vez, senhor munícipe, sendo que não tenho condições para lhe dar melhor resposta, irei colocar efetivamente à Administração Hospitalar, esta situação”. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedex  
L.C.  
J. L. L.

O Senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra, cumprimentou os presentes e disse: “Para dizer em primeiro lugar que agradeço ter levantado essa questão, que foi aqui amplamente debatida. É do conhecimento da gestão autárquica do Partido Socialista e é de facto inaceitável aquilo que está a acontecer, porque todos nos lembramos a luta que houve contra o encerramento das urgências do hospital, o que foi acordado, e que nessa altura foi aqui sobejamente denunciado que era inaceitável aquilo que o senhor munícipe está agora a colocar. Ir neste momento colocar a questão à Administração, parece que a mesma, é nova. O que a câmara devia ter feito e não o fez na altura, era ter estado ao lado dos montijenses para que situações como esta não estivessem a acontecer”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Pedro Vieira (PSD)**, no uso da palavra, cumprimentou os presentes e disse: “Agradeço aos munícipes as questões colocadas. Relativamente ao hospital, o PSD nunca se esqueceu da situação em que tem vindo a ser depauperado em resultado do protocolo assinado entre a câmara e o governo do Partido Socialista e não se tem esquecido dos nossos concidadãos, na medida em que o PSD entende, contrariamente ao Partido Socialista e igualmente a outros partidos de esquerda, que são redutores no encontrar soluções que vão ao encontro das necessidades da população, e propõe, desde há alguns anos, a construção de um novo hospital no concelho do Montijo, à semelhança do que se faz noutros concelhos pelo nosso País, alguns dos quais do Partido Socialista e cujas essas situações decorrendo das atribuições e competências, o Partido Socialista tem vindo a rejeitar liminarmente, entendendo que o Montijo deve ficar renegado a esta questão. O



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Agui  
fb.  
H. J.

Partido Social Democrata é completamente desfavorável à situação a que é sujeita a nossa população, a mim próprio já me foi dada alta no hospital do Barreiro às cinco horas da manhã, sem ter meios para sair do local e, sou uma pessoa desembaraçada, mas imaginemos um idoso a quem isto acontece. Portanto, nós temos aqui uma série de questões que não se acolhem e que são mesmo caricatas”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Cipriano Pisco** (BE), no uso da palavra, cumprimentou os presentes e disse: “Em primeiro lugar quero dar os meus sentimentos ao senhor deputado Avelino Antunes pelo falecimento de sua mãe. Relativamente ao que aconteceu ao senhor munícipe Carlos Fradique, também me aconteceu, fiz um corte numa chapa e no hospital aconselharam-me a ir numa ambulância para o Barreiro, porque se fosse em transporte próprio tinha que fazer nova ficha de inscrição, assim indo na ambulância, seria logo atendido. A meio da tarde tive que voltar no autocarro público para casa. O mesmo já aconteceu à minha esposa, que foi transportada para o hospital do Barreiro pelo INEM e quando lhe deram alta, à meia-noite e meia hora, se eu não tivesse carro como é que vínhamos para o Montijo? De táxi? E há outra situação, num dos protocolos, segundo dizem, devia haver no hospital do Montijo, uma VMER permanente, mas estamos à espera desse processo, há anos”. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, disse: “Obrigado senhor deputado, penso que todos nós nos solidarizamos e juntamos às suas palavras nas condolências e sentimentos que aqui expressou ao senhor deputado



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedex  
Lp  
S. J. P.

Avelino Antunes pelo falecimento de sua mãe. Penso que nos podemos solidarizar às suas palavras e fazê-las também da Assembleia Municipal. -----

Posto isto, eu queria responder ao senhor munícipe Mateus Pires Lopes, que me colocou uma questão diretamente. Penso que o senhor se está a referir à minha intervenção no encerramento da sessão de tomada de posse da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, nos Paços do Concelho, mas se for ver o que eu disse, referi que todos os Partidos têm o direito de estar eleitos democraticamente. Aquilo que eu disse foi uma observação àquilo que é o meu entendimento daquilo que são as forças políticas que estão pela primeira vez ou de uma forma nova, na constituição da Assembleia Municipal. Nunca disse, em momento algum, e pode ler porque o documento é público, que os Partidos eleitos não estão eleitos democraticamente e que não têm o direito de os representar quem os elegeu, o que eu fiz foi uma observação de caráter político, àquilo que é o meu entendimento e que só a mim diz respeito, enquanto responsável por esse entendimento, daquilo que é o pensamento de uma determinada força política na nova composição da Assembleia Municipal, o que não retira de maneira nenhuma, e quero reiterar aqui, o direito de todas as pessoas que aqui estão eleitas pelo povo e que têm todo o direito de representar, independentemente do que pensam, quem as elegeu”. -----

De seguida, submeteu-se à aprovação as seguintes atas: -----

**Ata n.º 3 de 03 de maio de 2021;** -----

**Ata n.º 4 de 28 de junho de 2021;** -----

**Ata n.º 5 de 30 de junho de 2021;** -----





MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedem  
fl.  
[Signature]

**Ata n.º 6 de 17 de setembro de 2021.** -----

Tendo as mesmas sido **aprovadas por unanimidade.** -----

Em seguida a Senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, declarou aberto o período de **ANTES DA ORDEM DO DIA**, e disse: “Este é o período onde podemos discutir e debater tudo aquilo que entendermos. Temos um conjunto de documentos que foram entregues, mas eu gostaria de começar por ler um **Voto de Pesar a João Joaquim Primo Jaleco**”. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, passou a ler o referido **Voto de Pesar**, cujo teor a seguir se transcreve: -----

**VOTO DE PESAR**

João Joaquim Primo Jaleco (1936-2021)

“João Joaquim Primo Jaleco nasceu em Borba a 31 de janeiro de 1936. -----

Foi professor do ensino primário e preparatório, exercendo a profissão de docente durante 22 anos. Mais tarde licenciou-se em Psicologia pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa com pós-graduação em Administração social pelo Instituto Superior de Serviço Social. ----

Foi o primeiro Presidente da Câmara Municipal de Montijo, eleito por sufrágio direto e universal, após o 25 de abril de 1974, cujo mandato decorreu entre janeiro de 1977 e dezembro de 1979. -----

Teve outras responsabilidades autárquicas. Foi vereador entre janeiro e setembro de 1980 e deputado à Assembleia Municipal de 1983 a 1985. -----





MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ceder  
J.B.  
H. J. P.

Volta a ser eleito Presidente da Câmara Municipal de Montijo em 1986, lugar que ocupa até 1990. -----

No âmbito das Instituições de Solidariedade Social do Montijo, João Primo Jaleco foi uma personalidade ímpar. Foi Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Montijo e em 1990, após ter deixado a presidência da Câmara Municipal, fundou o Centro Social de S. Pedro do Afonsoeiro, uma das mais importantes IPSS do concelho de Montijo, única no território com resposta de acolhimento de crianças e jovens em risco, da qual foi presidente durante 16 anos, tendo posteriormente assumido o lugar de Presidente da Assembleia Geral. Esta atividade no setor social foi sempre exercida em regime de voluntariado. -----

João Joaquim Primo Jaleco era um homem bom, que serviu a nossa terra de forma abnegada, pautando-se sempre pelos valores da solidariedade e da justiça social, desempenhando os cargos que ocupou de forma íntegra e empenhada. -----

A Assembleia Municipal de Montijo, reunida a 10 de dezembro de 2021, manifesta o seu sentido pesar pela morte de João Joaquim Primo Jaleco, figura incontornável da sociedade e da História do Montijo, prestando-lhe a devida homenagem e reconhecimento. Devendo o voto de pesar ser enviado à sua família e à Direção do Centro Social de S. Pedro do Afonsoeiro”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Cipriano Pisco (BE)**, no uso da palavra, disse: “Nós estamos de acordo com este voto de pesar porque o senhor Primo Jaleco juntamente com a sua esposa, foi quase um dos fundadores da escola primária do Afonsoeiro, como antigamente se chamava”. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*C. da Silva*  
*J. B.*  
*J. da Silva*

O Senhor **Deputado Municipal – Pedro Vieira (PSD)**, no uso da palavra, disse:  
“O PSD obviamente que se associa à história do Montijo, materializada no autarca Primo Jaleco e nos seus mandatos e, portanto, está profundamente solidário com todo o documento”. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, submeteu o supracitado **Voto de Pesar** à votação da Assembleia Municipal, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

**A ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM HOMENAGEM AO FALECIDO, FEZ UM MINUTO DE SILÊNCIO.** -----

A Senhora **Deputada Municipal – Alice Gabriel (CH)**, no uso da palavra, cumprimentou os presentes, e leu um **Voto de Louvor**, cujo teor a seguir se transcreve: -----

**VOTO DE LOUVOR**

“Em 25 de Novembro de 1975, o Regimento de Comandos da Amadora, apoiado por grupos organizados de civis e militares espalhados por todo o país, travaram aquela que foi uma tentativa de implementação de uma ditadura com contornos perigosos para a democracia defendida e que esteve na origem do 25 de Abril de 1974. -----

Os valores de Abril sofreram ao longo de um ano um duro golpe que pela força, determinação e valentia demonstrada pelo Regimento de Comandos da



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*C. de*  
*...*  
*...*

Amadora e pelos seus apoiantes não vingou e felizmente para o nosso país, não poderia sequer ter vingado. -----

Passados 46 anos, a data do 25 de novembro continua a ser ocultada da história de Portugal, facto esse que o CHEGA repudia. -----

Devemos celebrar a história não apenas quando a mesma é associada ao partido A ou B. História é história e não pode ser apagada! Nós, assim como outras forças políticas, entendemos o 25 de Novembro como a reposição dos valores originais de Abril! -----

Nesse sentido, a eleita nesta Assembleia vêm propor a realização de uma cerimónia oficial da data do 25 de Novembro, com o mesmo respeito e dignidade da celebração de outras datas com semelhante importância, como a do 25 de Abril". -----

O Senhor **Deputado Municipal – Cipriano Pisco (BE)**, no uso da palavra, disse: “Queria dizer que a votação que o Bloco de Esquerda vai fazer, sobre este voto, tem a ver com a interpretação política que fazemos sobre o 25 de Novembro”. –

O Senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra, disse: “Nós também iremos pautar a nossa posição de voto de acordo com aquilo que é o entendimento que temos, dos factos que ocorreram em 25 de Novembro. Chamamos apenas aqui a atenção de que não estando toda a gente no mesmo barco, no 25 de Novembro, mas se quisermos fazer história podemos ver a partir daí, o que foi a precariedade no trabalho, os baixos salários, o desmantelamento de setores produtivos, o serviço nacional de saúde, etc., que também bebeu água a partir desse momento”. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Cedex*  
*Dep. H. B.*

O Senhor **Deputado Municipal – António Loureiro** (CDS), no uso da palavra, disse: “Gostava que me explicasse qual é o entendimento da história, porque a mesma está escrita e não é disputável, os factos são os factos e não é disputável. Qual é o entendimento do PCP relativamente à história do 25 de Novembro, porque daquilo que me lembro e assisti a algumas cenas do 25 de Novembro e que eu saiba a história não mudou, a menos que no vosso entendimento tenha mudado, e se na realidade acha que, se tivesse continuado ou, se a ditadura do 25 de Novembro não tivesse sido parada, estaríamos efetivamente muito melhor relativamente à precaridade, ou então se calhar estaríamos todos apenas de “fato-macaco” comum ou qualquer coisa assim, que seria muito mais do vosso agrado. É essa a leitura que devemos ter?” -----

O Senhor **Deputado Municipal – Pedro Vieira** (PSD), no uso da palavra, disse: “Obviamente que o PSD considera o 25 de Novembro uma data importante no sentido de esclarecer as conquistas democráticas do 25 de Abril, uma das quais é o Serviço Nacional de Saúde, curiosamente que foi, não como o senhor deputado Avelino Antunes referiu, criado muito depois do 25 de Novembro, portanto, vem da sequência dessas conquistas e não do que foi feito antes de 1974. -----

Também gostaria de ficar esclarecido sobre quais são as razões concretas relativamente à posição de ambas as forças políticas, Bloco de Esquerda e CDU”.



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

O Senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra, disse: “Muito rapidamente para dizer que as conquistas de Abril, que a Constituição da República Portuguesa consagra, é conhecida a posição de cada força política, aquilo que advém do seu entendimento político, mas a realidade é esta, hoje o que temos, que não tem nada a ver com os valores de Abril, são os baixos salários, são as pessoas que trabalhando estão empobrecendo, são reformas de miséria, é trabalho precário, aquilo que foi dito, na altura, que de facto havia serviços, como a banca, que não deveria ser pública, deveria ser privatizada, como a questão dos postos de combustível, etc. , portanto nós vimos hoje aonde estamos. Eu chamei a atenção foi para isso, as conquistas de Abril estão consignadas na Constituição da República Portuguesa e é conhecida a posição de cada um em relação a isso. Sobre o Serviço Nacional de Saúde, falamos mais à frente, mas é óbvio que sofre um desmantelamento ao longo de vários anos, de forma sistemática, ponderada e que tem objetivos muito concretos”. -----

**DELIBERAÇÃO DO VOTO DE LOUVOR APRESENTADO PELO CH:** Reprovado por maioria, com 16 votos contra (10 do PS (ausente o deputado José Caria), 5 da CDU e 1 do BE), 6 votos a favor (3 do PSD, 1 do CDS, 1 da IL e 1 do CH) e 3 abstenções (2 do PSD (deputada Teresa Tapadinhas e deputado Pedro Ilhéu) e 1 do CDS (deputado Carlos Ferreira). -----

O Senhor **Deputado Municipal – Carlos Ferreira (CDS)**, no uso da palavra, leu um **Voto de Saudação**, cujo teor passo a transcrever: -----

**VOTO DE SAUDAÇÃO**



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Adm  
Fb.  
J. J. J.

**46 ANOS DO 25 DE NOVEMBRO DE 1975**

“No passado dia 25, comemorou-se o 46.º aniversário do 25 Novembro de 1975, o movimento que conteve a ala radical do Movimento das Forças Armadas, apoiada pela extrema-esquerda, e que determinou a natureza pluralista e democrática do regime político e constitucional português, na senda da consolidação do processo democrático iniciado em 25 de Abril de 1974. -----

O 25 de Abril de 1974 abriu as portas para a instauração de um regime democrático em Portugal. Mas o período que se começou a viver logo a seguir, conhecido como PREC (Processo Revolucionário Em Curso), rapidamente demonstrou que não estavam todos a lutar do mesmo lado ou pela mesma causa. À medida que o tempo passava, tornou-se claro que, se dependesse de alguns, o novo regime a instaurar em Portugal seria uma “Democracia” do tipo popular, a exemplo daquelas que existiam na União Soviética. -----

De um lado estava a esquerda militar, influenciada pela extrema-esquerda e comunistas, dividida entre "gonçalvistas", próximos do ex-primeiro-ministro Vasco Gonçalves e do PCP, e os "otelistas", apoiantes do estratega do 25 de Abril e chefe do COPCON (Comando Operacional do Continente), adeptos da "via revolucionária". Do outro lado, estavam os "moderados", congregando militares e forças à direita do PCP, incluindo o PS de Mário Soares, o PSD de Sá Carneiro, o CDS com Freitas do Amaral e que acabaram por ter o aval do Presidente da República General Costa Gomes. -----

O “25 de novembro”, ato singular e irrepetível da nossa história, marca indelevelmente o fim da transição revolucionária, mas também e principalmente, o travão à iminente guerra civil para onde Portugal caminhava a passos largos, apenas um ano e meio depois do 25 de Abril de 1974, onde no





MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Adm  
F.  
H.

dito Verão Quente iniciado em julho de 1975, no Norte e Centro do país as bombas destruíam sedes do PCP e nas ruas gritavam-se vivas ao poder popular, à revolução e abaixo os comunistas. -----

Esta escolha pela verdadeira democracia teve responsáveis militares, como o Grupo dos Nove e a maioria dos Capitães de Abril. Essa escolha teve responsáveis políticos, como Mário Soares, Francisco Sá Carneiro, Diogo Freitas do Amaral, Gonçalo Ribeiro Telles, entre outros. Essa escolha teve protagonistas militares, como Melo Antunes, Vasco Lourenço, Jaime Neves e António Ramalho Eanes e várias unidades da Região Militar de Lisboa, com especial destaque para o Regimento de Comandos da Amadora, que souberam ao longo do tempo, permanecer fiéis aos valores que estiveram na origem do 25 de Abril. -----

Esta escolha encontrou também uma ampla maioria de apoio na sociedade portuguesa, consciente de que o caminho a percorrer teria de ser no sentido de uma verdadeira Democracia, tendo a Liberdade do 25 de Abril como sua travessa. Afinal de contas, o 25 de Abril e o 25 de Novembro, têm na sua origem o mesmo anseio de implantação e defesa da Democracia e da Liberdade, prova disso mesmo, é vermos que a maioria dos Capitães de Abril e outros protagonistas destas duas datas históricas, são os mesmos. -----

Esta escolha feita em 25 de novembro 1975, permitiu que Portugal seja hoje um país democrático, pacífico, rico na sua multiculturalidade, aberto, tolerante e integrado na União Europeia e no Mundo do séc. XXI, sendo a cabal prova disso mesmo, estarmos aqui hoje todos reunidos, independentemente das divergências políticas, nesta assembleia municipal, que é um dos melhores legados da Liberdade do 25 de Abril 1974 e da Democracia e Paz do 25 de Novembro de 1975. -----





MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedex  
H. 76.

Este nobre e sábio povo português, soube não sucumbir às manobras táticas e estratégicas de uma franja minoritária e radical da sociedade portuguesa, evitando a uma guerra civil e conseguindo com firmeza, após romper com uma ditadura de 40 anos, escolher um caminho diferente, que nos salvou de um novo regime autoritário em Portugal. -----

Neste contexto, importa salientar o contributo dos partidos democráticos e a resistência indómita de muitas figuras de relevo, que permitiram que Portugal seja hoje um país democrático. -----

Conscientes de que a democracia não é um direito adquirido, mas sim conquistado como o foi a 25 de Novembro, os partidos democráticos vão ter de continuar a travar batalhas, para garantir a democracia que o 25 de Abril prometeu. -----

É sob o signo dessa unidade feita pela história que celebramos, uma vez mais, o dia que garantiu o caminho pacífico e democrático do nosso povo. -----

Assim, o Grupo Municipal do CDS-PP propõe à Assembleia Municipal de Montijo, reunida a 10 de dezembro de 2021, que: -----

Aprove um voto de saudação dedicado a todos aqueles que, em 25 de Novembro de 1975, colocaram novamente Portugal na senda da Democracia, da Paz e da Liberdade iniciada a 25 de Abril de 1974. Dar solene testemunho da nossa gratidão a todos os que souberam, com notável aprumo militar e grande coragem moral, cumprir o seu dever, bem como prestar comovida homenagem àqueles que tombaram em defesa da liberdade". -----

O Senhor **Deputado Municipal – André Ribeiro (IL)**, no uso da palavra, cumprimentou os presentes e disse: “Eu queria apenas intervir dizendo que a



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cabe  
#6,  
H. J. J.

Iniciativa Liberal é um partido muito consciente da importância do 25 de Novembro de 1975, data que assinala a consagração de Abril. Muitos não sabem e outros esqueceram-se, que foi nesta importante data que se fez a ponte definitiva para a liberdade e democracia, mas a liberdade e democracia não se conquistam num só dia, é de um trabalho inacabado, cabe-nos a nós lutar todos os dias pela liberdade, pela democracia e pelo aprofundamento dos valores liberais em Portugal". -----

O Senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra, disse: “Só para me referir à frase, e não é a primeira vez, deselegante do senhor deputado Pedro Vieira, a dizer que “é o que temos aqui no concelho e no Montijo”, quando se refere a uma intervenção minha. Quero dizer-lhe que do ponto de vista político, em discussão política, o senhor permita que lhe diga apenas isto, se for uma questão de construção de projetos o senhor estará mais à vontade, mas olhe que no resto não está. Leia com atenção as atas e depois poderá falar. É muito deselegante da sua parte, sistematicamente fazer isto. -----  
Outra questão que queria referir tem a ver com o seguinte: o facto de estarmos aqui hoje, teve em primeiro lugar a luta antifascista, durante quarenta e oito anos que permitiu criar condições para que houvesse o 25 de Abril. Esta é a razão pela qual muitos deram a vida, sofreram a tortura, etc., entre os quais muitos militantes do PCP, é essa a história. Portanto, o que alguns pretendem é o branqueamento do fascismo, dos verdadeiros ideais de Abril e porque se fez Abril. -----

Uma outra questão apenas, dizia no primeiro parágrafo que “a natureza pluralista e democrática do regime político e constitucional português”, quem



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Handwritten signatures in blue ink.*

lesse isso estaria naturalmente a pensar que a força política proponente desta proposta tinha que votar a favor da Constituição da República Portuguesa, quando isto não aconteceu. Não foram mais longe naquela altura, porque não tinham condições políticas tais, para o fazer. A realidade é esta e nós, em relação a este voto de saudação ao 25 de Novembro, na sua essência, e o que para nós representa, apenas diria que o 25 de Abril sempre e fascismo nunca mais". -----

O Senhor **Deputado Municipal – Pedro Vieira (PSD)**, no uso da palavra, disse: “Para recordar e que fique em memória, o 25 de Novembro não é um movimento fascista, é um movimento de consolidação da democracia, mas que impediu, esse sim, uma revolução comunista em curso, de cariz Marxista Leninista, apoiada numa clara ditadura de suposições cabalísticas inventadas pelo Partido Comunista, que andou a cavalgar as conquistas do 25 de Abril, mas que não conseguiu levar a sua avante e nesse sentido se viu obrigado a alinhar pela democracia em vez de alinhar por outros valores que vinham do outro lado do mundo. Do lado do muro que dividia o mundo em dois. Um mundo que dividia as forças democráticas onde havia eleições, e as forças que não eram democráticas onde faziam a pressão do povo. O Partido Comunista nunca reconheceu o seu papel na história, nunca reconheceu o que se fazia no outro lado da cortina de ferro e continua hoje a não reconhecer. É óbvio que houve pessoas que foram oprimidas pela ditadura Salazarista e fascista em Portugal, mas a ditadura Estalinista não lhe ficou muito abaixo, ficou muito acima e isso fica como uma mancha na história do Partido Comunista, que pode ter quarenta, cem ou mil anos, que enquanto não reconhecer essa mancha que tem



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Agda  
H.  
J.P.

no seu cadastro, eu diria que é uma mancha que fica para a história de sempre do Partido Comunista Português”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – António Loureiro** (CDS), no uso da palavra, disse: “Senhor deputado, achei curioso dizer que estamos aqui por causa do 25 de Abril, quer dizer que nesse caso estamos aqui por causa do D. Afonso Henriques ou do D. Nuno Alvares Pereira ou onde queiramos situar a história. Eu acho que uma coisa não tem nada a ver com outra e a prova de que nós somos efetivamente diferentes e depois da intervenção do senhor deputado Pedro Vieira, é que estamos absolutamente disponíveis, por exemplo, porque temos a certeza que vocês teriam essa ideia e essa iniciativa para, também em 11 de Março estarmos aqui para celebrar a data e para falarmos exatamente do que se passou para trás e para a frente, até porque o 11 de Março tem mais qualquer coisa a ver com o Montijo, porque tivemos o Montijo ocupado pelos paraquedistas das forças anti democráticas. Portanto, acho esse discurso um bocadinho cinzento. A realidade é a realidade e não vale a pena vocês tentarem pôr-se de boleia de quem manda. A responsabilidade do 25 de Abril, com certeza que vocês sofreram imenso, mas não foi só vossa, reconheça lá isso”. ---

**DELIBERAÇÃO DO VOTO DE SAUDAÇÃO APRESENTADO PELO CDS:** Aprovado com 9 votos a favor (5 do PSD, 2 do CDS, 1 da IL e 1 do CH), 10 abstenções do PS (ausente o deputado José Caria) e 6 votos contra (5 da CDU e 1 do BE). -----

O Senhor **Deputado Municipal – Ricardo Bernardes** (PS), no uso da palavra, leu uma **Declaração de Voto**, cujo teor passo a transcrever: “O Grupo Municipal do



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ceser  
J.B.  
H. J. J.

Partido Socialista, absteve-se na votação desta **Moção**, porque, não obstante se reveja integralmente nas apreciações históricas em que ela assente, nem aceite uma subalternização do 25 de Abril em face do 25 de Novembro, reconhece a importância histórica desta data para a consolidação em Portugal, de uma democracia de tipo ocidental, e o papel central do Partido Socialista e o seu líder histórico Mário Soares, tiveram neste processo". -----

A Senhora **Deputada Municipal – Isabel Balreira (CDU)**, no uso da palavra, cumprimentou os presentes e leu uma **Moção**, intitulada, **Dia Internacional Pela Eliminação das Violências Contra as Mulheres**, cujo teor a seguir se transcreve: “No passado dia 25 de Novembro assinalou-se o Dia Internacional pela Eliminação da violência contra as mulheres. Assinalar este dia é uma oportunidade para dar visibilidade às diversas formas de violência exercida sobre as mulheres, mas também afirmar para os caminhos que podem concorrer para o seu combate e prevenção, elementos indissociáveis da efetivação dos seus direitos na lei e na vida, e da garantia da sua participação em igualdade. -----

A violência tem múltiplas dimensões: desde logo, a estrutural, com expressão através da pobreza, da exclusão social, da exploração laboral, da insuficiência de rendimentos ou da privação de acesso a bens e serviços essenciais; ou a violência doméstica, no namoro, a violência sexual; a prostituição e o tráfico de seres humanos. -----

Importa abordar as suas causas - no plano individual e coletivo, mas igualmente as respostas necessárias para as erradicar. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Adriano*  
*14.12.21*

No que concerne à violência doméstica, consideramos que não nos devemos poupar a esforços para intervir no domínio dos fatores culturais que lhe estão associados, para vencer preconceitos e estereótipos, estimulando a mudança de mentalidades. Mas tal abordagem, não dispensa, antes pressupõe dar combate às causas económicas e sociais na génese da exploração laboral, das desigualdades e discriminações sobre as mulheres, que em si mesmas alimentam e reproduzem permanentemente diversas dimensões da violência. Não conseguimos alterar mentalidades e comportamentos enquanto a nossa sociedade viver da exploração e opressão de uns seres humanos sobre outros. -- Assim, o cumprimento dos direitos das mulheres, na lei e na vida, é a mais profunda forma de contribuir para assegurar o direito das mulheres a decidirem sobre o seu projeto de vida, incluindo a libertar-se de contextos violentos. Cumprir os direitos das mulheres representa, em si mesmo, impulsionar mudanças profundas nos papéis de mulheres e homens, na família, no trabalho, na vida social e política. -----

Impõe-se, igualmente, dar visibilidade à prostituição, uma aviltante forma de exploração e violência que deve ser inscrita como uma grave violação dos direitos humanos e à imperiosa recusa em acompanhar organizações e propostas que visam legalizar o lenocínio ou classificar a prostituição como trabalho sexual. -----

As mulheres continuam a sofrer discriminações, nomeadamente a nível laboral, com salários mais baixos e vínculos mais precários, sendo também sobre elas que recai a maior parte do trabalho doméstico e o cuidar da família. A pandemia evidenciou o pendor económico das escolhas na partilha de tarefas no seio da família. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cebu  
H. J. J. 76

A CDU reitera que à dimensão, gravidade e urgência do problema da violência sobre as mulheres têm de corresponder, com igual determinação, a adoção de medidas concretas. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Montijo, reunida a 10 de dezembro de 2021, delibera exortar os órgãos de soberania a tomarem medidas concretas de prevenção e combate às múltiplas formas de violência sobre as mulheres, nomeadamente: -----

- a. Proceder ao reforço dos meios financeiros, técnicos e humanos, visando dotar os diversos serviços públicos dos meios indispensáveis a superar insuficiências e a poderem cumprir o seu papel na prevenção e combate à violência doméstica (centros de saúde e hospitais, escolas e universidades, forças de segurança, polícia de investigação criminal, Ministério Público, Tribunais e serviços de segurança social); -----
- b. Exigir o cumprimento da legislação em matéria de violência doméstica, com o reforço do investimento público para uma adequada proteção das mulheres vítimas desta forma de violência, nomeadamente uma maior celeridade na avaliação de risco e na decisão de medidas de proteção à vítima e de coação ao arguido em 72 horas, como está estabelecido e reforce a proteção das mulheres, antes e depois de ter sido atribuído o estatuto de vítima; -----
- c. Sinalizar e acompanhar os agressores, não apenas no decurso do processo criminal e judicial, mas igualmente com medidas que permitam perceber as causas de tais práticas e prevenir reincidências; -----
- d. Manter a criminalização do lenocínio; -----
- e. Reconhecer a prostituição como uma aviltante forma de violência, recusando a utilização do termo «trabalho sexual»; -----





MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ceder  
Lb.  
Jpe.

- f. Adote programas específicos que assegurem saídas às mulheres prostituídas, a serem implementados nos serviços públicos e no setor social, em proximidade com as mulheres e apoio nas suas necessidades específicas, numa intervenção assente no acompanhamento contínuo, sem juízo de valor, com medidas de reinserção e proteção social, de acesso à habitação, saúde, educação e formação profissional; -----
- g. Assegurar o cumprimento dos direitos das mulheres, combatendo a exploração laboral, as desigualdades e discriminações, procedendo à elevação dos seus rendimentos do trabalho, o direito à habitação, a uma rede de equipamentos sociais, entre outros. -----

Porque estas são condições necessárias para eliminar vulnerabilidades socioeconómicas que condicionam e impedem muitas mulheres a libertarem-se de situações marcadas pela violência”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Ricardo Bernardes (PS)**, no uso da palavra, disse: “Nós, naturalmente reconhecemos o mérito desta Moção e estamos solidários com esta causa que infelizmente continua a ser atual, vai merecer a nossa atenção e continua a exigir aqui uma intensificação das medidas de resposta a isto, que eu qualificaria como um flagelo, que infelizmente se mantém numa sociedade democrática. No entanto, não nos revemos integralmente no enquadramento do texto desta Moção, neste propósito, deixaria só aqui duas ou três notas. Em primeiro lugar, não obstante esta seja uma Moção que se propõe ser direcionada a órgãos nacionais, ao Presidente da República e à Comissão Permanente da Assembleia da República, ela propõe ser aprovada por um órgão do município que é pioneiro em matéria de políticas de



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ceja  
Fb  
Hm

combate à violência doméstica, tem há muitos anos, respostas importantíssimas, como por exemplo, o espaço de informação mulheres, no domínio de um protocolo em que faz parte da rede de mulheres contra a violência, tem protocolada com a União Mutualista Nossa Senhora da Conceição, uma casa que acolhe mulheres vítimas de violência e tem ao longo dos anos, desenvolvido várias medidas concretas através da Câmara Municipal, nesse sentido. Por isso não se compreende o apagamento destas medidas e destas respostas que são conhecidas, que o município do Montijo foi pioneiro em algumas delas, do texto desta Moção. -----

Igualmente também não se compreende, o apagamento no texto desta Moção, dos avanços que foram feitos nesta legislatura e na legislatura anterior, a nível nacional, ao nível destas respostas, designadamente ao nível do reforço dos meios financeiros e técnicos que é aqui referido na alínea a), mas também noutros domínios. Também parece estranho aquilo que é aqui proposto na alínea g), sobretudo num contexto, por exemplo o partido proponente não se juntou à aprovação de medidas, estou a pensar concretamente no Orçamento de Estado, que permitia, por exemplo, uma resposta importante no domínio dos equipamentos sociais, creches gratuitas, que era aliás uma proposta do partido subscritor desta Moção, a nível nacional. -----

Finalmente, creio que pode ser um pouco inoportuno, juntar ao texto desta Moção, inoportuno no sentido em que junta a questões que são relativamente pacíficas e fáceis de gerar o diagnóstico que aqui é feito, a introdução de referências à prostituição. Parece-me inoportuno por duas razões, em primeiro lugar porque este é um tema que divide opiniões, sobre o qual é difícil estabelecer consenso, quando relativamente à generalidade das questões



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedra  
Sf.  
Hps

anteriores creio que é fácil estabelecer um consenso e esse consenso reforçava o peso político num documento desta natureza. Depois, porque esta proposta e este tratamento que é proposto dar aqui à prostituição, esquece que experiência de outros Países têm demonstrado que a regulamentação da prostituição é sim, ela própria, uma forma de subtrair essa atividade à clandestinidade e por isso evitar exploração, evitar violência, mas também melhores condições de saúde, a quem desempenha essa atividade. Esse aspeto é uma perspetiva que consideramos importante e que não é aqui referenciada. - Nós votaremos a favor desta Moção pela causa, pela importância do facto político que aqui é focado, mas consideramos que ela é insuficiente, imprecisa e que deveria focar também estes aspetos". -----

O Senhor **Deputado Municipal – André Ribeiro (IL)**, no uso da palavra, disse: “O que eu gostaria de referir sobre esta Moção é que, estando a CDU representada na Assembleia da República com o seu Grupo Parlamentar onde considero que é o palco adequado para abordar este género de questões que preocupam toda a sociedade, não podemos esquecer, não percebo a responsabilidade do município na intervenção da maioria das medidas que se propõe. Portanto, neste sentido, vamo-nos abster. Ainda assim, gostava de dar uma nota final sobre esta Moção, que é, a prostituição não é uma atividade exclusivamente feminina, pelo que o texto é discriminatório, no nosso entender. Existe a prostituição masculina e está excluída de toda a comunidade LGBT+”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – José Caria (PS)**, no uso da palavra, cumprimentou os presentes e disse: “No quadro da discussão desta Moção, eu



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedra  
F.L.  
H.L.

gostava de deixar dito o seguinte: o Montijo conta com uma rede de apoio a mulheres em situação de violência que começou em 2001, mas foi formalizada através de um protocolo de cooperação, em 2005. O principal objetivo da rede é proporcionar uma resposta eficaz às sobreviventes de violência doméstica psíquica e prevenir a reincidência do (a) agressor (a) e a violência. -----

A Casa Abrigo iniciou a sua atividade em 2004, resultante de um acordo de cooperação tripartido com o Centro Distrital de Segurança Social, a Autarquia Local e a União Mutualista Nossa senhora da Conceição, que assumiu a gestão da resposta social. -----

O Montijo foi uma das Câmaras distinguidas com o prémio “Viver em Igualdade” da CIG”. -----

O Espaço Informação Mulheres, é um serviço municipal que faculta apoio jurídico e informação em diferentes áreas, violência doméstica, direitos da maternidade e paternidade, divórcio, regulação do poder paternal, direitos da união de facto, direito do trabalho. -----

No âmbito da Divisão de Desenvolvimento Social e Promoção da Saúde, tem vindo a ser realizado ao longo dos anos, uma estratégia de intervenção social municipal, iniciativas conducentes a uma melhor reinclusão social das famílias em risco de exclusão, atividades dirigidas à população em maior risco de exclusão, o banco local de voluntariado, a promoção da elaboração e divulgação de estudos, que têm melhorado, o conhecimento sobre a realidade social municipal, nomeadamente sobre franjas populacionais específicas e apoiando tecnicamente instituições locais que operam no domínio social ao nível do desenho de projetos e do desenvolvimento de atividades específicas”. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Adm  
L.  
J. P.

A Senhora **Deputada Municipal – Ana Dias Neves (PSD)**, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e disse: “Quando li esta Moção, o documento da CDU, achei que era realmente discriminatório, porque alvo de violência e de violência familiar não são só as mulheres, infelizmente são muitas crianças e também são muitos homens. No entanto, foram precisamente as referências que aqui foram apontadas e não foram apoiadas pela parte do senhor deputado Ricardo, as referências à prostituição que me vão fazer votar a favor, porque a prostituição é um problema de mulheres e é um problema de violência, é um problema também de tráfico de mulheres de Portugal para fora e do estrangeiro para cá, isso são focos de violência muito preocupantes. Finalmente as mulheres continuam a ser as maiores vítimas de violência doméstica, portanto, é isso que me vai fazer, pessoalmente, votar a favor desta Moção”. ---

A Senhora **Deputada Municipal – Alice Gabriel (CH)**, no uso da palavra, cumprimentou os presentes e disse: “O CHEGA vai votar a favor desta proposta apesar de ser uma proposta da CDU, porque o CHEGA não é um partido antidemocrático e é contra qualquer tipo de violência”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra, disse: “Apenas para fazer uma referência que está no início da nossa Moção, em que nós dizemos, *“No passado dia 25 de Novembro assinalou-se o Dia Internacional pela Eliminação das violências contra as mulheres”*, e é a partir dali que é feito todo o documento”. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cesur  
Fl  
dpe

**DELIBERAÇÃO DA MOÇÃO APRESENTADA PELA CDU:** Aprovada por maioria, com 23 votos a favor (11 do PS, 3 do PSD, 5 da CDU, 2 do CDS, 1 do BE e 1 do CH), 3 abstenções (2 do PSD (deputada Teresa Tapadinhas e deputado Pedro Ilhéu) e 1 da IL) e 0 votos contra. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes** (CDU), no uso da palavra, leu uma **Moção**, cujo teor abaixo se transcreve: -----

**MOÇÃO**

**ESTATUTO DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE**

“Considerando que a Saúde não é um negócio, mas um direito para todos, que a Constituição da República Portuguesa consagra; -----

Considerando que o Serviço Nacional de Saúde foi e é, como bem demonstra a atual situação pandémica, um bem indispensável e necessário a que todos têm que ter direito; -----

Considerando que é necessário, mais do que nunca, reforçar a capacidade de resposta do Serviço Nacional de Saúde; -----

Considerando que importa travar o caminho do desmantelamento iniciado pela política de direita sobre o Serviço Nacional de Saúde;

Considerando que está em discussão pública a proposta do Governo do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde;

A assembleia Municipal de Montijo, reunida em 10 de dezembro de 2021, delibera: -----

1 – Manifestar que seja garantido o carácter público, geral, universal e gratuito do Serviço Nacional de Saúde; -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

- 2- Que seja promovida a valorização das carreiras e remunerações dos profissionais de saúde e o incremento de um regime de dedicação exclusiva; -----
- 3 – Que seja garantido o financiamento do Serviço Nacional de Saúde; -----
- 4 – Que seja posto fim à promiscuidade entre o sector privado e público e a não inclusão dos estabelecimentos e serviços de saúde do sector privado no Serviço Nacional de Saúde”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Ricardo Bernardes (PS)**, no uso da palavra, disse: “Nós naturalmente concordamos com o propósito fundamental desta Moção, que é, se bem entendo, reforçar o Serviço Nacional de Saúde, enquanto resposta pública, ao nível da concretização do direito à proteção da saúde. Mas, há aqui um conjunto de aspetos de enquadramento nos quais não nos revemos e por isso gostaríamos de perguntar à CDU se está disponível para os ajustar ou fazer algumas alterações a esses aspetos de enquadramento”. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, perguntou ao senhor deputado se queria fazer propostas de alteração à **Moção**, apresentada pela CDU. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Ricardo Bernardes (PS)**, no uso da palavra e em resposta à Senhora Presidente, disse: “Sim, já agora iria fazer as propostas e sugestões de ajustes, que tínhamos. -----

No quarto considerando, onde diz “... travar o caminho do desmantelamento iniciado pela política de direita sobre o Serviço Nacional de Saúde”, alteraria para “... travar o caminho do desmantelamento iniciado pela política dos governos da direita sobre o Serviço Nacional de Saúde”. -----





MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedex  
F.C.  
J.P.

O considerando seguinte, temos alguma dificuldade em que seja mantido, por uma razão, porque segundo cremos, a consulta pública terminou em 16 de novembro e por outro lado, estava previsto a entrada em vigor deste documento, o Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, concomitantemente com a entrada em vigor do Orçamento de Estado, que como sabemos, infelizmente não foi aprovado, porque a CDU, na Assembleia da República, juntou os votos ao PSD e ao CDS, no sentido da reprovação. -----

Depois, aqui na parte deliberativa, “Manifestar que seja garantido o carácter público, geral, universal e gratuito do Serviço Nacional de Saúde”, seria acrescentar, antes de gratuito, “... tendencialmente gratuito, nos termos da constituição...”, porque é isso, como sabemos, que está previsto na constituição. Também na proposta do ponto deliberativo dois, no que se refere a “que seja promovida a valorização das carreiras e remunerações dos profissionais de saúde e o incremento de um regime de dedicação exclusiva”, a nossa proposta é “a saída dos profissionais de saúde” e é alterar no sentido de, “e avaliado um regime de dedicação exclusiva”. -----

Finalmente quanto ao quarto ponto deliberativo, propomos a sua substituição por outro com a seguinte redação: “que no contexto do setor público e privado e no âmbito do Sistema Nacional de Saúde, seja assegurado o equilíbrio entre os pesos relativos do setor público e do setor privado”. -----

A Senhora **Deputada Municipal – Ana Dias Neves (PSD)**, no uso da palavra, disse: “Quanto a esta Moção da CDU, lemos atentamente, mas há aqui muitos pontos que nos levam a não a poder aprovar. De facto, quando se diz que *“deve ser posto fim à promiscuidade entre o setor privado e público e não inclusão de*



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Aguiar*  
*FL*  
*dfpe*

*estabelecimento e serviços de setor privado no Serviço Nacional de Saúde”,*  
devemos saber que estamos a ir contra a Constituição, a Lei de Bases da Saúde e o Estatuto do próprio Serviço Nacional de Saúde. Portanto, o que os senhores aqui pretendem é falar de uma coisa que não é o Serviço Nacional de Saúde, mas deve ser o Serviço Estatal de Saúde ou o Serviço Público de Saúde. O Serviço Nacional de Saúde é mais do que o Serviço Público, é mais do que a Rede Estatal de Prestação de Serviços de Saúde. O Serviço Nacional de Saúde é um conjunto de instituições e serviços que têm por missão garantir o acesso de todos os cidadãos aos cuidados de saúde. O Serviço Nacional de Saúde abrange ainda, os estabelecimentos privados e profissionais de saúde em regime liberal, com os quais tenham sido celebrados contratos ou convenções que garantam o direito de acesso dos utentes. Portanto, abrange não só, os serviços do Estado, mas também os serviços privados, os serviços particulares e os serviços importantíssimos do setor social. O Serviço Nacional de Saúde é, atualmente a desgraça que sabemos, infelizmente todos os dias, com todas as catadupas de problemas de demissões e de falta de assistência às pessoas, com que começámos, por acaso esta assembleia, e sabemos também que grande parte dos serviços que deveriam ser assegurados pelo Serviço Nacional de Saúde, são assegurados por instituições privadas, posso dar o exemplo do Centro Champalimaud, para a investigação, no Montijo, posso dar o exemplo da Santa Casa da Misericórdia, que tem convencionado o centro de cuidados continuados muito importante, e portanto, esta “promiscuidade” de que os senhores falam, é precisamente uma imposição da Constituição e das normas jurídicas que enquadram, o que se chama Serviço Nacional de Saúde”. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cesca  
F.  
H.

O Senhor **Deputado Municipal – André Ribeiro (IL)**, no uso da palavra, disse:  
“Em resposta à Moção da CDU, tenho aqui a dizer que a Constituição da República Portuguesa consagra o direito do acesso à saúde, mas não consagra que o prestador desses cuidados de saúde seja o Estado. -----

A Iniciativa Liberal reconhece que foi feito um bom trabalho pelo Sistema Nacional de Saúde na resposta à crise pandémica, contudo, colocou em risco muitos outros pacientes que sofrem de outras patologias e que não tiveram o acompanhamento desejado pelo mesmo Serviço Nacional de Saúde. Partilhamos de uma nova visão para a gestão pública de serviços, supostamente universais, que nos trouxe até aos dias de hoje a uma situação de incapacidade desses mesmos serviços para responder às necessidades da população, criando dois grandes problemas: as infindáveis listas de espera, sem solução, e duas classes de cidadãos, os que podem aceder aos serviços privados de saúde, onde se incluem os beneficiários de subsistemas garantidos pelo Estado e os que estão limitados ao serviço público. -----

Assim, é entendimento da Iniciativa Liberal que o Serviço Nacional de Saúde, deve ser um sistema composto por entidades públicas e privadas; -----

O financiamento deve ser ao utente do Serviço Nacional de Saúde e não ao sistema, se assim for, este terá a liberdade de optar por qual entidade de saúde que lhe prestará o cuidado ou o serviço de que necessita, resolvendo de vez os problemas que referi no ponto acima. -----

Queria aqui apenas dar nota que, até a Junta de Freguesia do Montijo e Afonsoeiro, presidida pelo PS, tem no seu plano de grandes opções para 2022, o desenvolvimento de um projeto de facilitação de acesso aos cuidados de saúde,



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Adm  
F. B.  
H. B.

direcionado à população mais vulnerável, em parceria com instituições e entidades da área da saúde”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Pedro Vieira (PSD)**, no uso da palavra, disse:  
“O PSD concorda sempre com a valorização das carreiras dos funcionários, seja os da saúde ou de todos os outros, desde que haja obviamente, acompanhamento e sustentabilidade no orçamento público que deve cumprir com determinados critérios de sustentabilidade. No entanto, estamos sobretudo, ao lado do reforço de soluções de saúde para todos e esse reforço não se pode limitar aos recursos que o Estado tem disponíveis, que na atualidade, não são suficientes para acolher às necessidades e que agora, com a crise pandémica, ainda se verificou maiores dificuldades, portanto, o Serviço Nacional de Saúde, pode recorrer e bem, a serviços privados que existem disponíveis para dar respostas de saúde, em tempo útil, aos cidadãos. Acresce ainda que a ADSE, a caixa onde estão associados os funcionários públicos, que descontam para esse subsistema de saúde, recorre igualmente e de modo mais profuso aos serviços de prestação de serviços com entidades privadas, e eu nunca vi o Partido Comunista estar contra essa situação, mas começo a ficar preocupado porque na atualidade, poder-se-á até vir a pressentir uma sequência perigosa, que seria uma proposta de nacionalização da ADSE, por parte do Partido Comunista, retirando aos funcionários públicos a possibilidade de poder recorrer à prestação de serviços privados. Essa seria uma situação perigosa porque seria o retirar de benefícios a esses funcionários, sendo que não são recursos do Estado, são descontos dos funcionários”. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Caro  
A.  
H. B.

A Senhora **Deputada Municipal – Alice Gabriel (CH)**, no uso da palavra, disse: “A bancada da CDU acha que as coisas ficaram mal na saúde por causa das políticas de direita. Eu deixava aqui uma questão no ar, a saúde estando a ser gerida pela esquerda consideram que está bem?” -----

O Senhor **Deputado Municipal – Carlos Ferreira (CDS)**, no uso da palavra, leu uma **Declaração**, com o seguinte teor: “A moção proposta pela CDU não tem aderência nem à realidade, nem às reais necessidades de saúde da atual sociedade portuguesa. O desmantelamento do SNS que a CDU refere na sua moção, tem sido provocado pelo reiterado desinvestimento no SNS nos últimos seis anos de governação das esquerdas. Não aceitamos e consideramos ideologicamente criminoso, que se privem os cidadãos portugueses de acesso aos tratamentos de saúde em tempo útil, de modo a evitarem-se a perda desnecessária de vidas. Não aceitamos que um cidadão português que paga os seus impostos, seja privado do acesso à saúde em tempo útil, apenas e só, porque a CDU entende que tem de ficar à espera nas intermináveis filas para cirurgia ou exames nos hospitais públicos, quando o SNS tem acesso imediato a esses mesmos recursos no sector privado e social, muitas vezes até a custos inferiores aos dos hospitais públicos, pelo motivo de serem melhor geridos. A saúde dos portugueses, deve estar acima das ideologias radicais de esquerda”. -

O Senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra, disse: “Muito rapidamente, três ou quatro questões, pela importância que tem. Nós entendemos trazer a esta assembleia “O Estatuto do Serviço Nacional de Saúde”, porque entendemos que é uma questão central para o povo português



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cda  
#6  
Jpe

e é cada vez mais notório que com esta situação pandémica é necessário e urgente salvar o Serviço Nacional de Saúde e falamos em Serviço Nacional de Saúde e não em Sistema Nacional de Saúde, porque são coisas diferentes. -----

O Serviço Nacional de Saúde que a Constituição da República Portuguesa consagra, não foi de facto, segundo os autores, para que houvesse o que veio a haver mais tarde, o desmantelamento do Serviço Nacional de Saúde, através da promiscuidade entre os privados e os públicos. Só para dizer que nós hoje já temos mais hospitais privados do que públicos. Se formos ver o que é que um hospital privado, para se constituir, tem que fazer, e se formos ver o que é que um hospital público tem que fazer para se constituir, sabemos bem que foi a acumulação de forças na Assembleia da República, que permitiu essa legislação. Um hospital privado não tem que ter os mesmos regulamentos para a constituição de um hospital público para poder escolher as zonas potencial e económicas mais adequadas. -----

Portanto, a questão que se põe é que, com esta situação pandémica, vimos o que foi feito com alguns hospitais privados, fecharam as suas portas, foi o Serviço Nacional de Saúde, e mais, aqueles que falam em questões Estatais, lembrem-se que foi a Segurança Social, que os senhores diziam há muitos anos, que estava para falir, que esteve a sustentar isto incluindo empresas que recorrem a dinheiros públicos da Segurança Social, como é conhecido, sem terem necessidade, neste período pandémico. Esta é a realidade dos factos. Falou-se aqui que esta é uma Moção ideológica e sectária, mas nós trouxemos aqui uma questão de importância vital para o País e, se Moções nesta assembleia, houve ideológicas e sectárias, devem se estar a referir às outras que



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedra  
Fb  
H. J.

apresentaram anteriormente, essas sim, e de forma até perigosa, do nosso ponto para o regime democrático. -----

Em relação a esta matéria, é uma questão central que nós defendemos com todas as consequências e entendemos que, em relação às propostas feitas pelo Partido Socialista, já agora dizer que nós não catalogamos as posições dos outros como cinzentas ou amarelas, porque algumas são mais que amareladas.

Mas, a questão de fundo é que entendemos que o povo português necessita de uma resposta e a saúde não pode ser um negócio e aqueles que defendem a saúde como sendo um negócio, não estão a pôr o direito de todos para que todos tenham acesso à saúde. Esta é a questão central para nós. -----

A proposta do Partido Socialista, que no ponto quatro, quando nós dizemos, *“política de direita”*, quer substituir por *“partidos da direita”*, porque entende que toca ao Partido Socialista e está a reconhecer que fizeram política de direita, eu percebi claramente, senão não tinham feito essa proposta. -----

A outra questão, eu quero dizer que falou várias vezes em relação ao orçamento, deixe-me dizer apenas isto senhor deputado Ricardo, é conhecido que quando se discutia o orçamento, e já agora se o orçamento é de esquerda não é porque é feito com a mão esquerda é pelo conteúdo das suas propostas, que os senhores ao longo de oito meses, de discussão concreta sobre o Serviço Nacional de Saúde, não deram um único passo em frente. Portanto, esta questão da valorização das carreiras dos médicos, podemos ver aquilo que vocês diziam unicamente de outra forma, do regime de dedicação exclusiva, mas entendemos que é fundamental e é bom ter em conta, que foi a abertura do tendencialmente grátis, que levou mais tarde a abrir as portas, aquilo que hoje, e verifique-se o que é hoje o tendencialmente grátis, o que é que isto





MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Adri  
L  
H

custa às populações e que muita gente com as baixas reformas e baixos salários, não tem acesso à saúde, tem cada vez mais dificuldades. Portanto, nós entendemos que o carácter deve ser geral e universal, é isso que defende o povo português. Deixemos de determinar os interesses económicos. -----

Já agora que falamos em Serviço Nacional de Saúde e estado pandémico, como seria necessário e importante acabar com o que se passa com as vacinas, em que as multinacionais são detentoras de tudo isso, negociando tudo isso. -----

Há quem defenda isso e quem defenda outra coisa e cada um coloca-se aonde quer. -----

Nós temos abertura em relação a algumas questões, podemos juntar-nos e ver, mas em relação a esta questão do Serviço Nacional de Saúde, nós entendemos como uma questão fundamental para o povo português e é bom que nos lembremos, porque é história, ver se ainda vamos a tempo, como já houve, em que um dos fundadores, António Arnaud, teve que vir pedir ajuda para que se defendesse o Serviço Nacional de Saúde. Portanto, as questões são claras e o importante é defender o Serviço Nacional de Saúde, para que sirva o povo português e que dê resposta a esta horrorosa pandemia que nos faz sofrer todos os dias”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Ricardo Bernardes** (PS), no uso da palavra, disse: “O senhor deputado Avelino Antunes disse, em nome da bancada da CDU, que estavam disponíveis para fazer algumas alterações, mas não concretizou quais, por isso talvez eu pedisse à senhora Presidente, para fazermos uma pausa a fim de encontrarmos uma versão comum, se houver essa abertura. Já agora só mais uma nota, para dizer o óbvio, que é, nós fizemos a proposta de clarificação



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Carla  
F. B.  
H. B.

de quem faz as políticas de direita são os partidos de direita e que o Partido Socialista é um partido de esquerda, do centro de esquerda, não aplica políticas de direita, como é evidente”. -----

**Assim, a reunião foi interrompida durante cinco minutos.** -----

Retomada a sessão, a Senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, disse: “Pergunto à bancada da CDU se chegou a algum entendimento sobre o texto e agradecia que, em caso afirmativo, o mesmo fosse lido com as devidas alterações”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra, e em resposta à Senhora Presidente, disse que de facto, houve consenso entre a CDU e o PS, relativamente ao texto da **Moção** apresentada. -----

De imediato, o Senhor **Deputado Municipal**, passou a ler o novo texto da **Moção**, cujo teor a seguir se transcreve: -----

**MOÇÃO**

**ESTATUTO DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE**

“Considerando que a Saúde não é um negócio, mas um direito para todos, que a Constituição da República Portuguesa consagra; -----

Considerando que o Serviço Nacional de Saúde foi e é, como bem demonstra a atual situação pandémica, um bem indispensável e necessário a que todos têm que ter direito; -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

Considerando que é necessário, mais do que nunca, reforçar a capacidade de resposta do Serviço Nacional de Saúde; -----

Considerando que importa travar o caminho do desmantelamento iniciado pela política dos governos dos partidos de direita sobre o Serviço Nacional de Saúde;

Considerando que esteve em discussão pública a proposta do Governo do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde; -----

A Assembleia Municipal de Montijo, reunida em 10 de dezembro de 2021, delibera: -----

1 – Manifestar que seja garantido o carácter público do Serviço Nacional de Saúde nos termos da Constituição; -----

2- Que seja promovida a valorização das carreiras e remunerações dos profissionais de saúde e o incremento de um regime de dedicação exclusiva; ----

3 – Que seja garantido o financiamento do Serviço Nacional de Saúde; -----

4 – Que seja dada prevalência ao setor público no sistema nacional de saúde continuando a fortalecer o Serviço Nacional de Saúde”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Pedro Vieira (PSD)**, no uso da palavra, disse:

“De facto a proposta de texto, agora com a nova redação, retirou algumas das menções ideológicas, no entanto, prevalece o muro ideológico estabelecido quando a CDU entende que os governos e as políticas de direita, são o grande “papão”, que prevalece no Sistema Nacional de Saúde, o que não é o caso. -----

Eu gostaria de perceber se a CDU pretende deixar essa menção, uma vez que o PSD gostaria muito de se associar e votar favoravelmente uma Moção com uma nova redação, agora retiradas as menções relativamente à não inclusão dos



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedra  
Fh  
H. L.

estabelecimentos de prestação de serviços privados em complemento do Serviço Nacional de Saúde. -----

Portanto, gostaríamos imenso de ter uma resposta favorável por parte da CDU. Essa é a alteração que o PSD entende como necessária para reunir o maior consenso, na assembleia". -----

O Senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes** (CDU), no uso da palavra, disse: “Senhora Presidente, é muito simples. Esta é a proposta consensual entre a CDU e o Partido Socialista e iremos mantê-la”. -----

**DELIBERAÇÃO DA MOÇÃO APRESENTADA PELA CDU COM AS DEVIDAS ALTERAÇÕES:** Aprovada por maioria com 17 votos a favor (11 do PS, 5 da CDU e 1 do BE), 3 abstenções (2 do CDS e 1 do CH) e 6 votos contra (5 do PSD e 1 da IL). -----

O Senhor **Deputado Municipal – Pedro Vieira** (PSD), no uso da palavra, leu uma **Declaração de Voto**, com o seguinte teor: “O PSD votou contra a atual Moção, proposta pela CDU com o apoio do Partido Socialista. O muro ideológico estabelecido pela CDU e pelo Partido Socialista, que pretende a exclusividade de funções do Serviço Nacional de Saúde, é redutor da criação de soluções de saúde em tempo útil para os cidadãos, por parte do Serviço Nacional de Saúde. O Serviço Nacional de Saúde tem de ser uma resposta à altura das necessidades dos cidadãos. Esta escalada costumar entre esquerda e direita é que nos impede de seguir um bom caminho e são os partidos políticos e as políticas que



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cede  
F. B.  
H. B.

vivem dessa necessidade artificial de separação, desse somar posições que nos conduzirão para o abismo". -----

O Senhor **Deputado Municipal – Cipriano Pisco (BE)**, no uso da palavra, disse: "Eu queria colocar algumas questões. Em primeiro lugar, sobre a situação da AMARSUL, os trabalhadores estão em greve pelas suas reivindicações e eu acho que em algumas situações é lamentável o papel que algumas câmaras tiveram, que foram descarregar o lixo com a intervenção e o apoio da polícia de intervenção. As Câmaras Municipais que têm uma parte significativa, 49%, da AMARSUL, e exigia-se e exige-se um comportamento diferente por parte das mesmas. A reivindicação dos trabalhadores é justa, embora uma parte da população só se apercebeu da situação quando viu o lixo fora dos contentores e a não ser recolhido. -----

A segunda questão é o problema da Transtejo, li uma notícia que o senhor Presidente pediu uma reunião à administração da Transtejo. Aqui no Montijo tem havido alterações, tem havido plenários, que é um direito dos trabalhadores, mas houve um fim-de-semana em que não houve barcos, devido à reparação do cais onde atracam. Portanto, acho que era bom e até já houve barcos que não fizeram a carreira, porque não há maquinistas na Transtejo. É evidente que um maquinista não se forma assim, mas isso só mostra que houve uma política, ao longo dos anos, de privatização na Transtejo. -----

Duas questões para terminar, gostava de saber se vai ser política da câmara continuar com o jornal sem a oposição dizer nada. Essa não tem sido a política da câmara nos últimos quatro anos, há um espaço para esse efeito, mas este jornal saiu e não há aqui nenhuma opinião política da oposição à Câmara



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedem  
Fl  
8/10/21

Municipal. É para continuar? Se é para continuar, acho que é uma política errada. -----

Queria ainda falar sobre o problema das NUTS para a península de Setúbal. Falou-se na hipótese da NUTS para a península de Setúbal, no entanto é preciso dizer que se até fevereiro isso não se resolver, os calendários são muito complicados. Penso que essa é uma necessidade porque a península de Setúbal tem vindo a ser prejudicada, há dados estatísticos e um conjunto de estudos que apontam para que a península de Setúbal estando integrada na Área Metropolitana de Lisboa, leve a que fique prejudicada com os fundos comunitários”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Pedro Vieira** (PSD), no uso da palavra, leu uma **Declaração Política**, cujo teor a seguir se transcreve: “A Assembleia Municipal continua na mão do Partido Socialista, assim quis a CDU. O resultado das eleições autárquicas realizadas em 2021 refletem o fim do ciclo do Partido Socialista à frente da Câmara Municipal do Montijo durante vinte e quatro anos. O Partido Socialista continua a ser o mais votado, no entanto obteve pouco mais de um quarto dos votos na urna, o que significa que em cada quatro votantes somente um continua a desejar o Montijo gerido pelo Partido Socialista. É preciso perceber a rejeição da forma de exercício do poder absoluto do Partido Socialista, que o povo votou, reforçando o exercício da vereação da oposição liderada pelo PSD. -----

Na Assembleia Municipal, a votação reduziu de forma expressiva os eleitos do Partido Socialista, ampliou o número de forças políticas, tornando-a um órgão de maior pluralidade. O voto na assembleia expressa um desejo de reforço dos



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ades  
F.L.  
H.L.

poderes da assembleia enquanto órgão de representatividade plural, equilibrado, numa clara rejeição ao poder absoluto do Partido Socialista. Por esse motivo, a continuidade de existir uma Presidência e de uma mesa de Assembleia Municipal exclusivamente do Partido Socialista, deve-se ao voto da CDU, na eleição da mesa. A CDU preferiu dar continuidade ao domínio socialista na assembleia, do que permitir uma alternativa de maior pluralidade alinhada com o voto popular, não respeitando a vontade dos montijenses na consolidação nesse importante órgão de fiscalização municipal. A CDU nunca quis integrar uma mesa alternativa e plural à lista de uma só cor apresentada pelo Partido Socialista. -----

Não procurando as razões obscuras da conduta da CDU, cuja resposta caberá ao povo escrutinar e sancionar, consideramos preocupante a forma resignada e conservadora como vê a política que limita a vontade de mudança expressa nas urnas e premeia a votação de um mau projeto político do Partido Socialista nos dois órgãos e que foi rejeitado por três em cada quatro votos. -----

Se o PSD procurou todas as possibilidades de compromisso e conciliação para obter uma mesa plural, respondendo aos anseios da população, de facto a CDU não deseja mudar nada, pelo que tudo se manterá como dantes nesta assembleia, gerida por uma mesa exclusiva do Partido Socialista, que não reflete a pluralidade dos eleitos. O voto na CDU para a Assembleia Municipal foi letra morta, é moeda de pouco valor. -----

A mesa do Partido Socialista foi eleita pela conduta da CDU e pelos vistos serve à CDU e assim não podem os eleitos da CDU queixar-se de quem colocaram no poder. Assim quiseram as direções dos Partidos Comunista e Os Verdes, contrariando o voto popular do Montijo. De facto, a alternativa credível à





MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cesari  
F.B.  
d.fer

liderança do Montijo, é o projeto político liderado pelo Partido Social Democrata". -----

O Senhor **Deputado Municipal – João Barbosa** (PS), no uso da palavra, cumprimentou os presentes e leu uma **Declaração Política**, cujo teor a seguir se transcreve: “ A pandemia COVID 19 nome atribuído pela Organização Mundial de Saúde à doença causada pelo coronavírus SARS-COV-2 continua a exigir uma atenção redobrada por parte de todos os cidadãos, de todos os agentes de saúde e de todos os organismos públicos, com especial foco nas autarquias locais pela proximidade que têm junto dos seus munícipes. A nova variante Ómicron desencadeou a aceleração do processo de vacinação com reforço da terceira dose a ser administrada, em primeiro lugar aos cidadãos mais vulneráveis e de idade mais avançada, mas também às crianças entre os 5 e os 11 anos (pela primeira vez incluídas neste processo de vacinação) que vão começar a ser vacinadas durante as férias de Natal conforme decisão das autoridades de saúde. -----

O Centro de Vacinação em Massa do Montijo a funcionar no Pavilhão Municipal do Esteval e que tem merecido os mais rasgados elogios por parte dos utentes e de organismos de saúde pela competência e pela eficácia demonstradas nunca foi desativado ao contrário do que fizeram outras autarquias que, no Verão passado, aquando de um período de maior acalmia da pandemia, desativaram os seus centros, mas no Montijo tal não aconteceu e desse modo o Centro de Vacinação em Massa do nosso concelho continuou e continua a dar a resposta que os utentes merecem e desejam. Aliás o próprio horário de funcionamento foi alargado tendo passado a funcionar de segunda-feira a sexta-feira até às 19



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Adm  
F.  
H.

horas quando anteriormente o horário de fecho era às 17 horas e, inclusive, passou a estar também em funcionamento ao fim-de-semana. -----

O Grupo Municipal do Partido Socialista não pode deixar de transmitir um forte agradecimento a todos os trabalhadores que prestam serviço no Centro de Vacinação em Massa pela sua dedicação, competência e pela forma amiga, solidária e profissional, como lidam com todos os utentes. Médicos, enfermeiros, elementos da proteção civil, staff de apoio todos são credores da nossa gratidão. -----

Também convém registar, até pela necessidade cada vez maior como medida de prevenção de se incrementar a testagem, que no Pavilhão do Clube Desportivo e Cultural e Recreativo dos Unidos continua, através da colaboração entre o Município do Montijo e a Cruz Vermelha Portuguesa (Delegação Foz do Tejo) a funcionar um posto fixo de testes de despistagem, mais uma infraestrutura essencial no combate a esta pandemia. -----

O Grupo Municipal do Partido Socialista está perfeitamente convicto que, com o esforço e a resiliência de todos vai ser possível vencer esta batalha contra um vírus que teimosamente continua a dificultar a normalidade das nossas vidas em sociedade. Mas cumprindo com todas as regras sanitárias que nos são indicadas e com o alto sentido de responsabilidade dos nossos munícipes em breve esta pandemia será vencida”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Ricardo Bernardes (PS)**, no uso da palavra, disse: “Tenho três Declarações Políticas, e um apontamento prévio. O apontamento prévio, para dizer o óbvio, mas que às vezes pode passar despercebido e que é isto: o PS ganhou as eleições autárquicas 2021, ganhou as



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Aguiar  
76  
H. Aguiar

eleições para a Câmara Municipal do Montijo pela sétima vez, ganhou as eleições para a Assembleia Municipal e também ganhou a maioria das Juntas de Freguesia e a Mesa da Assembleia Municipal é eleita pela maioria dos deputados eleitos democraticamente. -----

Seguidamente e continuando com o uso da palavra, o Senhor **Deputado Ricardo Bernardes**, passou a ler as **Declarações Políticas**, cujo teor se transcreve, respetivamente: -----

**Declaração Política**

**Montijo é o concelho com maior dinamismo demográfico do país**

“A conhecida empresa MARKTEST, especializada em estudos de mercado, criou a aplicação “Municípios Online”, onde, através de métricas desenvolvidas desde 2014, avalia o dinamismo demográfico dos concelhos do nosso país, permitindo perceber os seus pontos fortes e fracos. -----

Esta métrica, trabalha com mais de 600 variáveis, que cobrem um conjunto amplo de temas – ligados designadamente às áreas da Educação, das famílias, da habitação, da Educação, da Saúde, da cultura, do emprego, etc. – e permite estabelecer um ranking de concelhos, pontuando-os numa escala de 0 a 20 em função do desempenho que revelam nos indicadores selecionados. -----

Este ano, o Montijo foi classificado em primeiro lugar neste estudo, com uma pontuação de 17,6 – posição que ocupa conjuntamente com os municípios de Braga e de Sintra. Mas já havia ocupado posições cimeiras em edições anteriores. -----

Tal classificação, produto da avaliação de uma empresa independente, credível e prestigiada na sua área de atuação, posiciona assim a nossa terra como aquilo



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Caro  
Sr.  
J. P.

que efetivamente é – um concelho desenvolvido, dinâmico e atrativo, coeso social e territorialmente. -----

É um resultado mérito de todos e todas os montijenses, os que cá nasceram e os que escolheram a nossa cidade para viver, investir, trabalhar ou simplesmente desenvolver as suas atividades de lazer. Mas, é também um resultado inseparável das políticas públicas qualificadoras do território desenvolvidas pelos Executivos municipais do Partido Socialista, nos últimos 24 anos, com a confiança dos cidadãos. -----

Ninguém diz – e ninguém pode honestamente dizer – que vivemos numa cidade perfeita, sem desafios ou problemas para resolver. Mas, de uma vez por todas, é preciso abandonar uma certa retórica masoquista de certas forças políticas locais, a retórica de uma cidade letárgica e condenada, que não dignifica os montijenses e é desmentida pela realidade. -----

O Partido Socialista olha e olhará sempre para o Montijo com ambição e com confiança no futuro”. -----

### **Declaração Política**

#### **Montijo – Autarquia + Familiarmente Responsável**

“A Associação Portuguesa de Famílias Numerosas (AFN) iniciou, em janeiro de 2002, com o lançamento do seu Caderno 4 – Família e Poder Local, uma colaboração com as autarquias no sentido da construção de uma política autárquica de família. -----

Na sequência deste trabalho, a AFN decidiu alargar o anterior conceito de “Autarquias Amigas da Família”, para um novo conceito de “Autarquias + familiarmente responsáveis” – conceito mais amplo e em que são contempladas as seguintes vertentes: -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedra  
H.  
H. H.

- Autarquia + Familiarmente responsável para os munícipes – porquanto adota medidas facilitadoras da vida familiar dos seus munícipes, em particular daqueles que desejam ter 3 ou mais filhos, e assim contribuem para a natalidade e a substituição de gerações no país; -----
- Autarquia + Familiarmente responsável enquanto empregador público – porquanto adota medidas facilitadoras da conciliação entre a vida profissional, a vida pessoal e a vida familiar dos seus trabalhadores, tornando-se assim num modelo destas boas práticas, suscetível de ser seguido pelas empresas do concelho. -----

Em setembro de 2007, tendo presentes as vertentes atrás enunciadas, a AFN realizou um inquérito junto de todos os municípios do país, no sentido de fazer um levantamento exaustivo das práticas existentes nestes domínios. Após este trabalho, decidiu criar um Observatório de Autarquias Familiarmente responsáveis, com os seguintes objetivos: -----

1. Dar visibilidade às autarquias que se distingam nesse âmbito; -----
2. Potenciar a experiência obtida por uns municípios, em benefício dos outros; --
3. Colocar à disposição das autarquias uma equipa multidisciplinar, constituída essencialmente por profissionais das áreas da sociologia, psicologia, assistência social e familiar e Economia, que possam contribuir positivamente para a avaliação de medidas de política nesta área, a priori e a posteriori. -----

O reconhecimento de “Autarquia + familiarmente responsável” ocorre desde o ano de 2009, único em que a Câmara Municipal do Montijo não recebeu qualquer distinção; no ano de 2012, recebeu uma menção honrosa e, nos seguintes, foi sempre distinguida o que aconteceu, em 2021, pela 11ª vez. -----

Os resultados obtidos, registados por uma entidade externa, que tem como



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cabe  
F.  
H. J.

missão a defesa dos legítimos interesses das famílias, permite-nos continuar a dizer – com regozijo e sentido de responsabilidade – que a Câmara Municipal do Montijo está no bom caminho nas políticas públicas de defesa e apoio da família. Felicitamos, pois, por isso, o seu Executivo”. -----

**Declaração Política**

“O Movimento associativo cultural, desportivo, ou social de uma cidade, exprime as suas tradições profundas e a identidade das suas gentes, assegurando – muitas vezes em parceria com os Municípios ou outros poderes públicos – respostas fundamentais para a qualidade de vida das populações. ----

O Montijo, tem um rico e dinâmico movimento associativo, que a Câmara apoia regularmente a título financeiro ou logístico, através de contratos programa de desenvolvimento desportivo, protocolos de cooperação ou a título meramente eventual. -----

Reconhecendo amplamente o mérito de todas estas estruturas, que funcionam no nosso concelho, queremos hoje aqui assinalar, de forma mais particular três delas, mais longevas, que assinalaram o seu aniversário recentemente: -----

- a) A União Mutualista Nossa Senhora da Conceição, assinalou, no passado dia 20 de novembro, 148 anos; -----
- b) A sociedade Filarmónica 1º de dezembro, que cumpriu, na data que lhe dá nome, 167 anos, e é uma das decanas no nosso movimento associativo; -----
- c) E o Musical Clube Alfredo Keil, que, no mesmo dia, cumpriu 102 anos. -----

São três instituições proeminentes, no nosso concelho, que assim felicitamos para através dela reconhecer o mérito, o trabalho e a importância de todo o movimento associativo do Montijo”. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Aguiar*  
*FL.*  
*Alves*

O Senhor **Deputado Municipal – Pedro Vieira** (PSD), no uso da palavra, disse: “É bem visível a atitude retórica do Partido Socialista, desmentida pela realidade da coesão social que observamos todos os dias, basta visitar e comparar aqui bem ao lado, Alcochete com o Montijo e o que foi prometido e conseguido num mandato e aqui o que ficou para trás”. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, disse: “Foram aqui colocadas algumas questões sobre a Câmara Municipal e nós, como sempre fazemos, dignificamos esta assembleia respondendo aos senhores deputados com toda a informação necessária. -----

Primeiro foi uma questão colocada pelo senhor deputado Pedro Vieira, tal como já o tinha feito, salvo-erro, na última reunião, que agora quis sublinhar e que tem a ver com o PDM. O nosso PDM está em fase de conclusão, foi um trabalho imenso e longo, relativamente a uma série de questões de ordenamento do território, em particular, o que mais tempo demorou foram as questões que têm a ver com a classificação dos solos de reserva ecológica nacional e também de reserva agrícola nacional e dos quais é necessário a conclusão da carta de exclusões. Todos os senhores deputados sabem que o nosso território é praticamente, todo ele, grosso modo, há muito poucos espaços que ficam de fora, da reserva ecológica nacional. Até a nossa cidade do Montijo está incluída na reserva ecológica nacional. Nesse sentido é necessário fazer a carta de exclusões, e a mesma está em fase de conclusão. -----

Estão também em fase de conclusão, uns trabalhos que nos propusemos fazer, que tem a ver com o Regulamento do PDM. É uma questão que tem algumas alterações, o próprio RJIGT, que é a lei que rege os novos conceitos de solo e a





MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedex  
F. B.  
H. B.

nova forma de ordenamento de território, são situações que criam alterações significativas, uma das quais é a célebre perequação, para quem está mais familiarizado com estas questões, que neste momento é obrigatório e está a ser tratado. Vamos obviamente criar aqui um mecanismo de perequação flexível que nos permita também continuar a desenvolver a cidade e como é evidente, os nossos loteamentos e todas as áreas que têm a ver com o ordenamento do território. Esse regulamento está a ser agora finalizado, com os nossos juristas e com a equipa que nos dá apoio na revisão do PDM e, portanto, estaremos em condições para, em janeiro termos praticamente uma proposta final do PDM. De acordo com a lei e de acordo com as várias situações, iremos reunir com os Vereadores da Câmara Municipal sobre a proposta que temos, mas também iremos apresentá-la junto da CCDRLVT, isto é, da Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM, de modo a que possamos ter uma proposta entregue, em janeiro, conforme esperamos. Temos já as cartas e os documentos necessários para a questão do PDM, praticamente concluídos, alguns são meramente relatórios sobre execução do atual PDM, como sabem e basta ver na lei, quais são os documentos que têm de ser objetivamente carreados nesta matéria, portanto este é o ponto de situação da nossa revisão do PDM. -----

Pensamos então, ser esta a data, mas como todos sabemos, por vezes temos um objetivo e surgem situações com a CCDRLVT e com outras entidades e aquela proposta poderá não ser a proposta final, apesar de com todo este trabalho que perdemos em termos de tempo, seja agora beneficiado do ponto de vista da proposta final, esperamos nós, mas isso quero dizer aos senhores deputados e a todos os partidos políticos aqui representados, que isso poderá



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Celeu  
F.H.  
J. J. J.

não ser assim, pode haver situações que impeçam o progresso da nossa revisão do PDM. -----

Há uma data-limite para esta apresentação, penso que é o dia 30 de março do próximo ano, mas já há movimentos de muitos municípios para que a data seja prorrogada, porque obviamente não é só o Montijo que está nesta condição, há muitos outros, aconselho até os senhores deputados a verem uma carta que menciona todos os municípios da região da CCDRLVT, onde verificarão o estado aproximado da revisão do PDM de cada um dos municípios. -----

Quanto às intervenções que foram agora aqui feitas por parte dos senhores deputados, o senhor deputado Cipriano Pisco colocou algumas questões importantes, que eu queria esclarecer. A primeira questão sobre a AMARSUL, nós, desde a primeira hora, respeitámos sempre a greve dos trabalhadores, como aliás qualquer greve que seja feita, respeitamos de forma clara, de qualquer maneira, a AMARSUL está obrigada, e quero dizer-vos isto com clareza, a um serviço mínimo, como aliás em qualquer greve, em particular quando falamos de questões de saúde pública, isto é, a acumulação de resíduos sólidos e alguns até orgânicos na via pública é um problema de saúde pública grave. Portanto, a AMARSUL tem a obrigatoriedade de assegurar serviços mínimos. Aconteceu em algumas câmaras, não connosco totalmente, que o piquete de greve não deixou que esses serviços mínimos fossem assegurados, houve até alguns bloqueios. Isso fez com que alguns dias não houvesse deposição por parte dos municípios, nós fomos um dos casos afetados, a nossa população, mas havia a necessidade de serviços mínimos e nós respeitamos integralmente a greve, não há aqui ninguém que não respeite esse direito, ele é constitucionalmente consagrado, mas, também é constitucionalmente



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cesário  
F. L.  
J. L.

consagrada a necessidade de garantir a saúde pública aos nossos concidadãos e portanto, neste equilíbrio de poderes ou de interesses, temos todos que nos posicionar nesse sentido. Sei que houve algumas situações mais intensas, nalgumas câmaras. Nós, durante três dias não descarregámos os nossos camiões, tivemos que recorrer a alguma deposição em contentores próprios, no parque-auto, para conseguirmos ter capacidade para retirar alguns resíduos. Ao quarto dia já conseguimos descarregar por indicações da AMARSUL. A verdade é que nesses três dias não foi cumprido por parte do piquete de greve o serviço mínimo. -----

Quero dizer, senhor deputado que existia na AMARSUL, sempre um pesador na balança, e também obviamente operadores para a deposição dos aterros, essa é uma questão que quero dizer com clareza aos senhores deputados. Dizer também que é uma das nossas preocupações e que deve ser de todos, a questão que tem a ver com os efeitos na saúde pública, da acumulação de resíduos. Felizmente não houve muito, porque também foi feito um trabalho extraordinário dos nossos serviços de higiene urbana e faço aqui um agradecimento a todos os funcionários que, não fazendo mais que a sua obrigação e função, a fizeram em esforço e regularizaram em poucos dias a recolha de resíduos sólidos. Se tiverem a oportunidade de passar por todos os contentores de grande deposição, verificarão que se encontram todos em condições. -----

Quanto aos problemas da Transtejo, nós temos acompanhado os mesmos, com proximidade. Tivemos já muitas sucções de carreiras e a questão que é argumentada por parte da senhora Presidente da Transtejo, que é quem tem responsabilidade sobre isso, é a questão da falta de recursos humanos,



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

C. G. A.  
F. B.  
H. A.

nomeadamente maquinistas, não propriamente para a condução dos navios, mas para a questão dos motores dos navios, portanto eu confirmo integralmente o que disse o senhor deputado. A senhora Presidente transmitiu-nos que evidentemente havia uma situação de grande dificuldade porque já tinha feito vários concursos, ou pelo menos a tentativa de contratação de novos recursos humanos para esta categoria e não houve concorrentes, ficaram já três concursos desertos, o que é preocupante. O problema não está ainda resolvido, felizmente a carreira do Montijo, apesar de afetada, é ainda assim, a menos afetada, dentro do contexto da circulação de navios no estuário do Tejo. As carreiras do Seixal e algumas outras, têm sido, infelizmente mais afetadas em termos de regularidade. Temos tentado esclarecer e informar a população sobre isso, mas nem sempre é possível. -----

Como disse o senhor deputado, no último fim-de-semana foi também desenvolvida uma outra questão, que foi a inspeção/reparação legal dos pontões de atracação. Os pontões que estão hoje, quer nos cais em Lisboa, quer nos cais da margem sul, foram todos eles inspecionados e isso limitou, como é normal, a navegação e atracação dos barcos. É uma questão pontual, que tem que ser feita anualmente. Há também uma greve, por parte dos trabalhadores da Transtejo, às horas extraordinárias, isso também existe, é de respeitar, mas também afeta, no contexto geral, o funcionamento da Transtejo. -----

Com toda a clareza informei os senhores deputados de todas as situações que hoje nos colocam dificuldades às carreiras da Transtejo. -----

Em relação à política da câmara, não lhe posso responder sobre a questão do jornal, porque normalmente há sempre, por parte dos serviços, o contacto aos partidos políticos para que exista essa informação/reportagem no nosso jornal.



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

C. Ber  
F. L.  
J. P.

Respondo um pouco sob reserva, mas a nossa política é a de contactar os diversos partidos políticos, o que pode ter existido foi alguma dificuldade de contacto, não sei. Terei mais tarde que informar o senhor deputado sobre isto. Quanto às NUTS da península de Setúbal, é uma questão que penso que todos nós, mais ou menos intensamente, lutamos por isso, por uma certa diferenciação em termos de investimentos da península de Setúbal e falamos aqui de fundos comunitários, mas eu considero que não vai ser desta vez que todos os fundos comunitários estão perfeitamente já definidos, e esta questão para ser assumida por Bruxelas, tinha que ser antes do Portugal 2020. Temos todos de saber do que é que estamos a falar e, portanto, o que eu acho que tem de acontecer, é que para haver realmente uma diferenciação positiva em NUTS, nomeadamente ir para unidade NUTS II, o que é necessário fazer é trabalhar neste momento já para o próximo quadro comunitário de apoio. Neste momento não é possível alterar qualquer NUT, por via do facto de que o Portugal 2020, está decidido. No próximo quadro comunitário de apoio, sim, é possível tratar essa questão". -----

O Senhor **Deputado Municipal – Ricardo Bernardes (PS)**, no uso da palavra, disse: “Só um comentário muito rápido à intervenção do senhor deputado Pedro Vieira a propósito da retórica socialista, penso que foi a expressão que utilizou. Eu compreendo que o PSD fique muito incomodado com as coisas que correm bem no Montijo, porque isso estraga o discurso catastrofista do PSD, estraga a estratégia do quanto pior melhor, que é essa a estratégia política do PSD, no Montijo. Mas olhe senhor deputado, o que nós aqui trouxemos foram factos, factos atestados por uma entidade independente e vamos continuar



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ceja  
JH  
Ape

sempre aqui a trazer os factos e os bons exemplos daquilo que se faz no Montijo e daquilo que prova que nós somos uma cidade atrativa e inclusiva”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes** (CDU), solicitou a palavra, para **defesa da honra** e disse: “Senhora Presidente, face à intervenção do PSD, queremos salientar o seguinte: o que é verdade é que o atual regimento, teve o apoio do PSD e do PS com a famigerada grelha de tempos. Também por responsabilidade do PSD, não se realizaram mais assembleias extraordinárias solicitadas por um terço dos membros, obrigando o PS a cumprir a lei, e pelas posições já tomadas pelo representante do PSD, o senhor deputado Pedro Vieira, na comissão sobre o futuro regimento, e caso não sejam alteradas, prepare-se para, brevemente, ser de facto, isso sim, a bengala do Partido Socialista, nesta assembleia, com a posição que indica que irá tomar sobre o regimento desta assembleia”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Pedro Vieira** (PSD), no uso da palavra, disse: “O senhor deputado Avelino está muito enganado e está a tentar enganar os montijenses. O PSD subscreveu todas as convocatórias de Assembleias Municipais extraordinárias, todas. É bom que o povo do Montijo saiba. ----- Depois, relativamente à posição no regimento, em que falou que o PSD vai ser a muleta do PS. Não o PSD não é a muleta do PS. O que o PSD não pretende é transformar a Assembleia Municipal num pântano político, como entende a CDU. A CDU entende que a Assembleia Municipal deve ser gerida à sua maneira, da maneira como gostaria, mas o PSD entende que a CDU é um órgão plural e só não é mais porque se recusou a assumir o voto plural que o povo do





MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cebu  
F.  
d.

Montijo deu. Neste momento podíamos ter uma mesa constituída por pessoas de várias forças políticas e a CDU não quis entrar para a mesa. Podíamos ter uma votação unipessoal para cada membro que ali está e a CDU entendeu aceitar a proposta de votação em lista para a mesa, quando a assembleia tem o direito de fazer a proposta por lista, ou fazer a proposta uninominal. A CDU podia ter apresentado, porque tem um eleito na Assembleia de Freguesia, para outras posições, mas entendeu fazer o que fez”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, solicitou a palavra, em **Protesto**, e disse: “Eu falei pessoalmente com o senhor deputado Pedro Vieira para avançarmos com o pedido de uma nova assembleia extraordinária, depois do que sucedeu, e o senhor deputado fugiu como o “diabo foge da cruz”. Veio com vários argumentos, não deu um passo, inclusivamente por outras questões. Esta é a realidade e vamos ver brevemente a posição que o senhor também irá tomar em relação ao regimento. “O tempo é grande mestre” e esta foi a realidade que o senhor sabe que aconteceu”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Pedro Vieira (PSD)**, solicitou a palavra em **Protesto** e disse: “Eu, enquanto deputado e que preservo muito esta assembleia, não vou entrar no “lodaçal” em que a CDU pretende que se entre, quero só esclarecer que o deputado Avelino Antunes me contactou, sim senhor, e eu disse, “sim, apresente a proposta a quem está na direção do PSD”, e o deputado Avelino Antunes nunca apresentou”. -----





MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ceder  
F.B.  
J. Silva

A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, deu por encerrado o Período Antes da Ordem do Dia. -----

Seguidamente a Senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, informou que a **ORDEM DE TRABALHOS**, foi publicitada através do Edital nº 04/2021, no jornal “Semmais”, de 04 de dezembro de 2021 e tinha para apreciação e votação os pontos abaixo mencionados: -----

**PONTO UM** – Discussão e votação da proposta da Mesa da Assembleia Municipal n.º 03/2021 – “**ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA/UNIÃO DE FREGUESIAS NO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MONTIJO.**” -----

**PONTO DOIS** – Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal n.º 33/2021– “**ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À FREGUESIA DE CANHA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS NO PARQUE INFANTIL E NO CAMPO DE JOGOS DA ESCOLA DO 1º CICLO DA FREGUESIA.**” -----

**PONTO TRÊS** – Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal n.º 45/2021 – “**APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL (2022-2026), DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (2022-2026) E MAPA DE PESSOAL PARA 2022 - CMM.**” -----

**PONTO QUATRO** – Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal n.º 54/2021 – “**IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS.**” -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

**PONTO CINCO** – Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal n.º 55/2021 – “**PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS.**” -----

**PONTO SEIS** – Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal n.º 56/2021 – “**LANÇAMENTO DE DERRAMA.**” -----

**PONTO SETE** – Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal n.º 67/2021 – “**DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2022: - GRANDES OPÇÕES DO PLANO: PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, ATIVIDADES MAIS RELEVANTES, ORÇAMENTO, ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL E MAPA DE PESSOAL - SMAS.**” -----

**PONTO OITO** - Informações do Exmo. Senhor Presidente da Câmara sobre a **atividade municipal**, prestadas nos termos e para os efeitos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Em seguida, a Senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, propôs ao plenário uma alteração à **Ordem de Trabalhos**, e informou o motivo pelo qual a está propor: “Sendo o PONTO UM, uma eleição, a qual terá que ser naturalmente, votada por escrutínio secreto e na presença de todos, uma vez que esta é a primeira reunião da primeira sessão ordinária e que terá, com certeza, continuação, proponho que este ponto passe para PONTO SETE e que a segunda reunião seja presencial, para que se proceda à referida votação”. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Coder  
Fb.  
H. J. J.

A **Ordem de Trabalhos** foi **aprovada por unanimidade**, passando assim a ter a seguinte redação: -----

**PONTO UM** – Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal n.º 33/2021– **“ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À FREGUESIA DE CANHA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS NO PARQUE INFANTIL E NO CAMPO DE JOGOS DA ESCOLA DO 1º CICLO DA FREGUESIA.”** -----

**PONTO DOIS** – Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal n.º 45/2021 – **“APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL (2022-2026), DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (2022-2026) E MAPA DE PESSOAL PARA 2022 - CMM.”** -----

**PONTO TRÊS** – Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal n.º 54/2021 – **“IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS.”** -----

**PONTO QUATRO** – Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal n.º 55/2021 – **“PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS.”** -----

**PONTO CINCO** – Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal n.º 56/2021 – **“LANÇAMENTO DE DERRAMA.”** -----

**PONTO SEIS** – Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal n.º 67/2021 – **“DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2022: - GRANDES OPÇÕES DO PLANO: PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, ATIVIDADES MAIS**



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ceser  
F.B.  
J. J. J.

**RELEVANTES, ORÇAMENTO, ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL E MAPA DE PESSOAL - SMAS.”** -----

**PONTO SETE – Discussão e votação da proposta da Mesa da Assembleia Municipal n.º 03/2021 – “ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA/UNIÃO DE FREGUESIAS NO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MONTIJO.”** -----

**PONTO OITO - Informações do Exmo. Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal, prestadas nos termos e para os efeitos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

Em seguida a senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à Ordem de Trabalhos. -----

**ORDEM DE TRABALHOS**

**PONTO UM – Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal n.º 33/2021– “ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À FREGUESIA DE CANHA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS NO PARQUE INFANTIL E NO CAMPO DE JOGOS DA ESCOLA DO 1º CICLO DA FREGUESIA.”** -----

“Considerando que: -----

A Freguesia de Canha, através da respetiva Junta, dirigiu à Câmara Municipal um pedido de apoio financeiro destinado a comparticipar as obras a realizar no parque infantil e no campo de jogos da escola do 1.º ciclo daquela Freguesia; ----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

C.ber.  
Fl.  
H.ber.

De acordo com o pedido apresentado, tratam-se de obras de manutenção corretiva, que envolvem a substituição do equipamento e do piso existentes no parque infantil, a instalação de um novo brinquedo e ainda a instalação de um novo jogo (jogo da macaca). -----

No campo de jogos será totalmente reparada e conservada a base do campo e serão ainda executados trabalhos de pintura e marcação de linhas para campo de basquetebol, andebol/futsal e voleibol; -----

Trata-se de um investimento considerável, destinado a melhorar substancialmente o espaço de jogo e recreio da escola do 1.º ciclo daquela freguesia e a proporcionar aos seus alunos um novo espaço, inteiramente requalificado e dotado de todos os requisitos de segurança; -----

De acordo com o disposto na alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal “deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações”.

PROPONHO, que a Câmara Municipal delibere: -----

- 1) A atribuição de apoio financeiro no montante de **35 575, 29€** (trinta e cinco mil quinhentos e setenta e cinco euros e vinte e nove cêntimos) à Freguesia de Canha para comparticipação das obras a realizar no parque infantil e no campo de jogos da escola do 1.º ciclo daquela freguesia; -----
- 2) A remessa da presente proposta à Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para efeitos de deliberação nos termos do disposto na alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º do mesmo diploma legal; -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

C. de J.  
S. de J.  
S. de J.

- 3) Após deliberação da Assembleia Municipal, notificar a Freguesia do apoio concedido e de que a Câmara Municipal tem disponibilidade para acompanhar tecnicamente os trabalhos, devendo, para o efeito, ser informada da data do seu início e da respetiva conclusão; -----
- 4) Que o apoio financeiro seja concedido através de dotação inscrita no orçamento municipal; -----
- 5) Que a atribuição do apoio financeiro conste da relação a publicar anualmente no site desta Autarquia, nos termos do disposto do n.º 1, do art.º 4, da Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto". -----

Sobre a matéria, a assembleia municipal enviou informação escrita, a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 29º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, informação, essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e que se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. -----

O Senhor **Deputado Municipal – André Ribeiro (IL)**, no uso da palavra, disse: "Eu tenho aqui algumas preocupações. Como o senhor Presidente disse e que nós sabemos, que houve responsabilidades que transitaram para as freguesias, a minha primeira questão é, qual é que foi a data da última reparação desse bem, que neste caso, eu acredito que tenha sido por parte da câmara? E a outra questão é, o valor é estimado com base em quê? Gostava de ter isso clarificado, mas é óbvio que não nos vamos opor à votação favorável deste ponto". -----





MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cebal.  
F.B.  
H. J. J.

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra e em resposta ao senhor deputado, disse: “Começo pela última questão, que já tinha referido, mas talvez o senhor deputado não tenha tomado atenção a isso. É com base num orçamento de consulta de mercado a várias empresas que trabalham com as Juntas de Freguesia. Foi-nos apresentado pelo senhor Presidente da Junta, o orçamento e verificado pelos serviços que estava de acordo com os preços de mercado. -----

Quanto à questão da manutenção, sim antes das Juntas de Freguesia terem esta competência delegada na sua responsabilidade e com esta ligação que temos de funcionamento em cooperação com as Juntas de Freguesia, este equipamento foi colocado pela câmara, aliás os dois, um em épocas anteriores, salvo-erro nos anos oitenta, e este brinquedo mais recentemente, no início dos anos dois mil. Já teve algumas reparações pontuais e agora necessita de mais. Os brinquedos têm madeiras que é necessário remover e repor para evitar perigosidade para as crianças. No caso do polidesportivo estamos a falar de uma estrutura em ferro que necessita de ser pintada, reparada, removida alguma oxidação que exista, para que continue a exercer a sua função”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – André Ribeiro (IL)**, no uso da palavra, disse: “Queria dizer rapidamente ao senhor Presidente que estive com atenção, ainda assim não tanta quanto desejaria, e relativamente à minha segunda questão, ficou omissa aí, a data da última reparação, que eu gostava de saber concretamente qual foi, mas se não conseguir responder ficará para uma próxima sessão”. -----





MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedei.  
\$6.  
dfr.

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, disse: “Não foi por deselegância da nossa parte, que falei nisso, é porque realmente tinha referido que esta obra e este valor era com base num orçamento. -----

Segunda questão, relativamente à data concreta da última reparação, eu não lhe consigo dizer senhor deputado, mas já teve algumas reparações, em datas diversas, desde o início dos anos dois mil até agora, com alguma substituição, inclusivamente de peças. Recordo que naquele brinquedo, já há alguns anos, substituímos a escadinha, mas a data concreta não lhe consigo dizer. É normal na Câmara Municipal haver avaliação destas questões com a Juntas de Freguesia e sempre que se ache necessária a reparação de qualquer brinquedo, nós fazemos”. -----

A Senhora **Deputada Municipal – Alice Gabriel (CH)**, no uso da palavra, disse: “Eu gostava de ver esta proposta devidamente documentada. Saber como é que se chegou a estes valores, ver um contrato, talvez, que me levasse a poder votar favoravelmente, não querendo dizer que não o faça, mas este tipo de propostas deviam vir sempre devidamente documentadas”. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, em resposta à Senhora Deputada, disse: “A proposta é alicerçada neste orçamento apresentado pela Junta de Freguesia e nesse sentido, o valor que estamos a atribuir à Freguesia é tal e qual esse orçamento, que podemos até enviá-lo à senhora deputada. Nós temos a questão devidamente documentada. -----

Como disse ao senhor deputado André Ribeiro, esse orçamento não é pura e simplesmente aceite pela câmara e atribuído o valor, nós fazemos uma



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Caro  
Sb.  
Sb.

avaliação com o nosso medidor orçamentista e com a nossa engenharia relativamente aos valores médios de mercado e esta questão também foi avaliada, nesse sentido”. -----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovada por maioria com 25 votos a favor (11 do PS, 5 do PSD, 5 da CDU, 2 do CDS, 1 do BE e 1 da IL) e 1 abstenção do CH. -----

A Senhora **Deputada Municipal – Ana Dias Neves (PSD)**, no uso da palavra, fez uma **Declaração de Voto**, com o seguinte teor: “O PSD votou favoravelmente o apoio financeiro à Freguesia de Canha, em benefício da população de Canha, já de si muito depauperada no investimento municipal. Tudo o que venha é pouco”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra, fez uma **Declaração de Voto**, cujo teor a seguir se transcreve: “Nós votámos favoravelmente esta proposta, votaremos favoravelmente outras propostas com o mesmo teor, mas gostaríamos de salientar que todas as outras Juntas de Freguesia devem ter o mesmo tratamento em relação a esta matéria”. -----

**PONTO DOIS – Discussão e votação da proposta do Executivo Municipal n.º 45/2021 – “APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL (2022-2026), DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (2022-2026) E MAPA DE PESSOAL PARA 2022 - CMM.”** -----

“Considerando que: -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

C. J. M.  
S. B.  
H. J. M.

- Os orçamentos das autarquias locais são elaborados nos termos do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de novembro, , alterado pelos Decretos Lei n.º 85/2016 e 33/2018, de 21 de dezembro e 15 de maio, respetivamente; do Regime Financeiro das Autarquias locais e das entidades intermunicipais - Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e do ponto 3.3 plano oficial das autarquias locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei 54 A/99, de 22 de fevereiro, na versão atual; -----
- Os orçamentos das autarquias locais são anuais (artigo 9.º- A, n.º 1 da Lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais - Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na versão atual); -----
- Nos termos do n.º 2 do artigo 9.º- A da referida Lei “A elaboração dos orçamentos anuais é enquadrada num quadro plurianual de programação orçamental e tem em conta as projeções macroeconómicas que servem de base ao Orçamento do Estado.”; -----
- De acordo com o previsto no nº 46º do ponto 11 da Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do SNC-AP as demonstrações a elaborar são: Orçamento e plano orçamental plurianual e plano plurianual de investimentos; -----  
Para além disso, atendendo ao disposto na al. e) do art.º 46º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), na sua redação atual, também deverão ser elaboradas, neste contexto, as “atividades mais relevantes da gestão”; ----
- De acordo com o nº1 do artigo 132º da LOE2021 nos anos de 2021 e 2022, não é obrigatória para as entidades da administração local a elaboração das demonstrações financeiras previsionais previstas no parágrafo 17 da Norma de Contabilidade Pública 1 (NCP 1) do SNC-AP; -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedex  
F  
H

- O orçamento municipal compreende “(...) todas as receitas e despesas de todos os seus órgãos e serviços sem autonomia financeira.” (artigo 9.º- B, n.º 1 Lei n.º 73/2013) e inclui os elementos identificados no artigo 46.º da mesma Lei; -----
- Compete ao órgão executivo elaborar e apresentar ao órgão deliberativo, nos prazos previstos no n.º 2 do artigo 45.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na versão atual, a proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte (alínea c) do nº1 do artigo 33.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na versão atual); -----
- A Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, na redação atual, determina no artigo n.º 1 do 28.º “O empregador público deve planear para cada exercício orçamental as atividades de natureza permanente ou temporária, tendo em consideração a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis”; -----
- Referem ainda os n.ºs 2 e 4 do mesmo artigo: “2 – O planeamento a que se refere o número anterior deve incluir eventuais alterações a introduzir nas unidades orgânicas flexíveis, bem como o respetivo mapa de pessoal” e “4 – Os elementos referidos nos números anteriores devem acompanhar a proposta de orçamento”; -----
- O mapa de pessoal integra o número de postos de trabalho que cada unidade orgânica carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizados em função: -----
- “a) Da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar; b) Do cargo ou da carreira e categoria que lhes



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cebu  
Fb.  
J. J. J.

correspondam; c) Dentro de cada carreira e, ou, categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular; d) Do perfil de competências transversais da respetiva carreira ou categoria, regulamentado por portaria do membro do Governo responsável pela área da Administração Pública e complementado com as competências associadas à especificidade do posto de trabalho.” (artigo 29.º, n.º 2 LTFP); -----

- O mapa de pessoal do Município de Montijo para 2022, foi elaborado por unidades orgânicas e contempla a caracterização dos postos de trabalho por carreira/categoria, descrição das funções/tarefas a desempenhar e o respetivo perfil de competências (adaptado ao sistema de avaliação de desempenho); -----
- Contempla também a identificação e justificação dos postos de trabalho cuja caracterização implica o exercício de funções em condições de penosidade e insalubridade e respetivos níveis, conforme deliberação da Câmara Municipal na sua reunião de 07/07/2021; -----
- O mapa de pessoal é composto ainda por um quadro resumo onde consta toda a informação referente aos postos de trabalho ocupados e vagos (onde se incluem as necessidades de pessoal para o ano de 2022) e respetivos totais, bem como por um Plano Anual de Recrutamento para 2022, por carreira/categoria e caracterização dos postos de trabalho a ocupar. -----

**PROPONHO:** -----

Que o Executivo Municipal delibere, nos termos da alínea c), do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na versão atual e do n.º 4 do artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, na versão atual,



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cebu  
Fb  
Hue

aprovar e submeter à próxima sessão da Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos das alíneas a) e o) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na versão atual, aprove os documentos seguintes, que se anexam e se dão por integralmente reproduzidos: -----

1. Proposta de Orçamento Municipal e Plano Orçamental Plurianual (2022-2026); Grandes Opções do Plano (2022-2026) consubstanciadas no Plano Plurianual de Investimentos (2022-2026) e Plano de Atividades Municipal (2022-2026). -----
2. Mapa de Pessoal para o ano 2022 e Anexo - Plano de Recrutamento para o ano 2022". -----

Sobre a matéria, a assembleia municipal enviou informação escrita, a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 29º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, informação, essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e que se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. -----

O Senhor **Deputado Municipal – André Ribeiro (IL)**, no uso da palavra, disse: “O senhor Presidente referiu aí na descrição dos trabalhos que estão previstos e que estão a ser executados, mas a segunda fase da Estrada do Pinheiro que já estava a decorrer a pavimentação, garanto-lhe senhor Presidente que os trabalhos não estão a decorrer. Na passada reunião o senhor disse isso e eu fiquei ligeiramente incomodado porque está a ser mal informado, de facto esses trabalhos não estão a decorrer”. -----





MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cadeu  
Fb.  
Jp.

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, disse: “Senhor deputado agradeço-lhe por me ter informado dessa questão, mas dizer-lhe que obviamente pela parte da Câmara Municipal, nós o que temos é uma adjudicação e o empreiteiro pode entrar mais tarde em obra. A gestão dos trabalhos não é nossa. Penso que o senhor sabe que quando nós consignamos uma obra o empreiteiro pode iniciar logo os trabalhos ou pode fazê-lo mais tarde, não pode é fugir ao prazo da obra. Nesse sentido, com certeza que irá entrar em obra o mais breve possível”. -----

O Senhor **Deputado Municipal – Pedro Vieira (PSD)**, no uso da palavra, disse: “Eu tenho aqui uma intervenção, mas vou começar com uma questão. Nós temos aqui no orçamento, na página 11, uma questão que é o *Monumento de Homenagem ao Vinho de Pegões, na Rotunda de Pegões-Cruzamento*. O senhor Presidente apresenta isto no orçamento, no entanto existe um procedimento concursal, relativamente a isso, e o que está na base.gov, são sessenta mil euros, e portanto, eu gostaria de saber é se esses sessenta mil euros são a somar a estes que aqui estão ou se esse procedimento que foi em 2021, aparece aqui em 2022, novamente, a que titulo, para perceber qual é o envolvimento financeiro da câmara, uma vez que os valores não batem. Temos que perceber se são duas coisas para a mesma coisa ou se são, uma para uma e outra para outra. -----

Relativamente ao orçamento, nós chegámos aqui ao fim de vinte e quatro anos de políticas e de execuções no Montijo com uma determinada gestão e o orçamento que temos aqui é a prova da ação dessa gestão do Partido Socialista. Muitas das coisas que nós temos aqui já vêm recapituladas ao longo dos anos. O





MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

C. F. A. L. e.  
F. B.  
J. A. L.

Centro Escolar de Pegões, por exemplo, já tem sido recapitulado ao longo de uma década. O senhor Presidente diz que já tem o projeto a fazer, mas não tem o lançamento do procedimento concursal, portanto o projeto existe, está a ser feito, está a dar início ao procedimento concursal, em que fase é que isso está? Gostava que o senhor Presidente nos esclarecesse cabalmente. Gostava de saber o que é que se vai passar, se vai ser a mesma coisa, se é cabimentado e depois não acontece ou se vai ser realmente e em que moldes, quando é que se prevê, quando é que é para construir, ou se não é como as piscinas que também já anda aqui há mais de quatro anos. -----

O que nós percecionamos nestes orçamentos, é que há aqui umas perspetivas de futuro, mas que futuro é que nós temos? Viveremos nós melhor do que já vivemos? Este futuro concretiza-se, ou fica muito por fazer daquilo que é prometido? Porque é que fica por fazer? Porque o dinheiro ao longo de sucessivas alterações, ao longo do mandato, tiramos o dinheiro que era para fazer uma escola, para fazer uma festa, o dinheiro que era para fazer um centro de saúde, é para fazer outra festa, tiramos a outra coisa para fazer um monumento. Isto não faz sentido, senhor Presidente. Temos que saber esclarecer os munícipes. Quais são as prioridades para o Partido Socialista? É fazer escolas? É fazer habitação? Ou é gastar dois ou três milhões a fazer coisas de pouquíssimo interesse e muito relativa prioridade? É que o dinheiro que nós aqui temos, não é muito e tem de ser muito bem gerido para se conseguir fazer algumas coisas úteis, já não são todas porque todas as coisas que estão aqui neste orçamento que o Partido Socialista, promete, nós já dizemos que não vai conseguir fazer todas. Nós até viabilizamos o orçamento na abstenção, mas já antevemos que não vai conseguir cumprir. Ou será que o senhor Presidente e o



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Ced. J. J.*  
*J. J.*  
*J. J.*

Partido Socialista ao fim de vinte e quatro anos vão começar a executar orçamentos? Demoraram tanto a aprender? A democracia e o Montijo não é para nós tirarmos tirocínios de autarcas durante vinte e quatro anos, é para concretizarmos os compromissos que votamos e o orçamento é um compromisso que o Partido Socialista não tem cumprido, sucessivamente, e depois retira, como as piscinas municipais do Afonsoeiro, que eram para ter sido feitas e nunca foram e agora temos umas piscinas a precisar e que nem com um milhão de euros vamos conseguir tê-las feitas e o que se passa é que não temos uma alternativa em caso da obra ser feita. -----

O que é que se passa com outros investimentos, senhor Presidente? O que se passa aqui no Montijo, é que nós vemos as escolas que deviam ter sido planeadas para o crescimento da população que se adivinha, porque a câmara emite licenças de construção, de utilização, recebe as pessoas no Montijo, sabe qual é o crescimento populacional, bom como as juntas que também conseguem perceber o que se vai passar e, portanto, nós neste momento não precisávamos de ter as crianças em contentores, mas não foi feita essa boa gestão e por isso há falta de espaços nas escolas, tendo que se recorrer a contentores. Também podíamos ter há mais tempo recebido as escolas, desde o tempo do governo do Guterres, a escola D. Pedro Varela podia ter vindo para o Montijo há muitos anos, podia ter vindo nesse projeto, mas a câmara andou sucessivos governos, uns socialistas, outros não, sempre a rejeitar a receção dessa escola. Agora teve que a receber à força e ela está muito mais degradada. Nós podíamos ter reabilitado em vez de ter gastado o dinheiro mal gasto em coisas com pouco interesse para os munícipes. Todos nós conseguimos reconhecer aqui no mínimo duas ou três, basta o jardim inclinado junto ao cais,



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

C. Silva  
F. B.  
J. Silva

que custa quase quatrocentos mil euros e cuja utilidade é muito residual, é praticamente zero, porque se podia ter requalificado o anterior e gastar talvez cem ou cento e cinquenta mil euros, dar dignidade ao espaço que lá estava e não era preciso fazer uma obra daquelas faraónicas, gastar dinheiro para fazer ali uma muralha, que não tem utilidade pública, quando nós temos outras prioridades. Por exemplo, na saúde, temos a necessidade premente de ter um centro de saúde, um local público, até entendemos que era necessário um hospital, mas para o Partido Socialista, fazer um hospital era quase estratosférico, mas pronto, pelo menos um centro de saúde com qualidade, e onde é que ele está? Não existe. Foram anos sucessivos de governos do Partido Socialista, anos ótimos em termos económicos. Os anos em que se diz que o PSD teve de apertar o cinto, foi porque o Partido Socialista deixou ao País uma série de dificuldades económicas, mas a seguir, quando estava tudo preparado para andar para a frente, onde é que estão as coisas boas aqui no Montijo? Onde é que estão os centros de saúde? Onde é que estão as escolas requalificadas, os espaços públicos de qualidade? Podíamos ter a frente ribeirinha toda reabilitada. Havia imenso dinheiro da União Europeia para as adaptações a alterações climáticas, onde é que esse dinheiro foi gasto? Foi para fazer jardins inclinados? Foi para fazer um jardim faraónico onde se gastaram dois milhões de euros e ainda está vedado? Não se põe ao serviço da população? Está vedado há quase um ano, mas está a ser degradado com as obras da casa da música, outra coisa faraónica, onde se está a gastar “uma pipa de massa”, são quase três milhões de euros de investimento, uma coisa com uma dimensão social enorme para o concelho, quando nós temos escolas com condições miseráveis, ou contentores, quando temos todos os dias a população



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

C. h. Ger.  
B.  
d. h. Ger.

à porta do centro de saúde, que nem um banco tem para se sentar. Isto para mim, enquanto autarca e também enquanto munícipe, entristece-me, porque não faltaram oportunidades ao Partido Socialista, houve a oportunidade da ponte e outras a seguir, porque o crescimento foi enorme. Nos últimos cinco anos houve outra oportunidade enorme e o que é que foi aproveitado até à pandemia? Tivemos uma oportunidade de ouro. Quem aproveitou obviamente, foram os construtores, a câmara foi cobrar as taxas, sim senhor, mas o que é que fez com esse dinheiro? Onde é que está a dinâmica? E a dinâmica para arrecadar receitas? Nós podíamos ter aqui uma frente ribeirinha reabilitada e ter ali, por exemplo, concessões e outras situações para dar dinheiro. O Montijo tem ali uma concessão, ao lado da Praça de Touros, que ninguém quer, e tem uma concessão que toda a gente quer e que a câmara não lança o concurso, o DOMUS, que era dos poucos espaços onde nós podíamos ter alguma qualidade de vida, que foi fechado e vai ser requalificado outra vez, talvez de uma maneira faraónica, quando podia ser entregue a bem de quem requalificasse, através de um concurso feito com cabeça, tronco e membros e sem ser preciso contratar pessoas para fazer obras. Podíamos até, ter dez DOMUS ao longo da frente ribeirinha, tal como fez Alcochete, como a Moita está a fazer agora. Nós estamos a ficar para trás em qualidade de vida, senhor Presidente, isto é unânime". -----

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, disse: "Os senhores deputados fazerem este ataque pessoal ao Presidente da Câmara é vergonhoso. O que o senhor deputado Pedro Vieira aqui fez, é vergonhoso e mostra com que os montijenses vejam a qualidade desta intervenção do senhor



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

C. L. J.  
F. J.  
H. J.

deputado Pedro Vieira e lamento Senhora Presidente, que estas coisas sejam feitas desta forma, mas obviamente cá estamos para combate político, sem termos qualquer dificuldade, mas lamento muito que a sessão seja conduzida desta forma, no entanto, o senhor deputado pode exprimir uma ideia e entender o que entende sobre o nosso concelho. Eu estou em completo desacordo com o senhor deputado, mas profundamente em desacordo. Primeiro, pelo estilo de intervenção, segundo, pela forma agressiva e até provocatória, com que a fez. Estou em profundo desacordo com esta forma de fazer política que devia ser banida da democracia. -----

Relativamente à questão do Montijo, não embarco nestas ideias catastrofistas. Não embarco, tenho plena consciência do que fiz em vinte e quatro anos, o mesmo já não se pode dizer do deputado Pedro Vieira, que não fez nada em vinte e quatro anos, pelo Montijo. Nós fizemos muito e de forma a construir uma cidade com maior integração social, com maior capacidade de afirmação na nossa região de Lisboa, e não é por acaso, que somos a primeira cidade avaliada por uma entidade independente, como a mais dinâmica do ponto de vista populacional e de emprego. Tenho pena, lamento até, que as oposições tenham a incapacidade de perceber esta dinâmica e encontrarem apenas uma retórica de dizer mal. Ser oposição não é dizer mal, é ter uma postura construtiva para a construção de um futuro coletivo. -----

Ora bem, nós durante vinte e quatro anos fizemos imensas obras e há muita gente que aqui está hoje que participou nesse trabalho de construção e temos um grande orgulho, senhor deputado, no trabalho que o Partido Socialista deixa na história do Montijo. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedex  
Fb  
Hpe

Relativamente às obras do centro escolar, como eu referi, é uma questão simples, o centro escolar teve candidatura a um fundo comunitário, não foi executado nessa altura por razões que não interessa trazer aqui à coação, sendo do conhecimento geral e, como é evidente, nestes anos mais recentes e do programa Portugal 2020, desenhado por um governo do PSD/CDS-PP, efetivamente não cabe, nem cabia, a construção de edifícios escolares novos, apenas cabia a reabilitação. Diz o senhor deputado Pedro Vieira, que nós não temos escolas requalificadas. Não temos como? A escola Joaquim d'Almeida, a escola Luís de Camões, a escola Ary dos Santos, a escola do Areias, onde temos mais um pré-escolar, o centro escolar do Afonsoeiro, eu diria para ir a qualquer escola básica deste concelho e verificar que o que está efetivamente a dizer não tem qualquer cabimento na realidade. Tem razão em apenas duas escolas que necessitam de obras e que precisamos de recuperar, a escola D. Pedro Varela e a escola secundária Poeta Joaquim Serra. E porquê? Porque essas escolas eram da responsabilidade dos diferentes governos e dos ministros da educação que passaram pelo governo nestes últimos anos incluindo alguns do PSD. -----

Eu compreendo que essa questão seja até uma autocrítica. Todos nós temos responsabilidades nisso, é verdade, e todos temos de trabalhar para reconstruir essas escolas. -----

Felizmente, nós, Câmara Municipal, assumimos a delegação de competências na área da educação. Temos uma experiência desde 2009, com grande resultado e desta forma iremos conseguir, e espero que o senhor deputado vote a favor deste orçamento porque este orçamento contribui para a recuperação das escolas. Não é abstenção, é voto a favor, convictamente. -----





MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Q. Lee.*  
*Fl.*  
*fl.*

Relativamente à questão das piscinas, como já expliquei a todos, nós tínhamos a intenção de as recuperar já há dois ou três anos atrás, porque elas entraram no programa Portugal 2020, mas a verdade é que durante estes dois anos, infelizmente, tivemos três concursos públicos desertos. -----

As obras públicas são uma questão a que temos que nos habituar, existe uma grande dificuldade em ter empresas concorrentes, e não somos nós, até algumas autarquias do PSD o têm. Estamos a tentar ultrapassar esse problema, senhor deputado. -----

Outra questão que referiu e eu quero dizer que é uma inverdade da sua parte, é que nós nunca transformámos investimento de capital em festas populares. Isso é uma inverdade de tal ordem que eu queria que me demonstrasse em que orçamento o fizemos. Isso não existe, é retórica populista para as pessoas que estão a assistir a partir de casa pensarem que o Presidente da Câmara do Montijo, pegou no investimento, acabou com ele e fez uma festa. É uma inverdade que não tem facto que a sustente. Nós fazemos sempre coisas úteis.

Em relação à rotunda de Pegões, já começou a obra, mas é uma obra que, eu penso que o senhor deputado tem essa consciência, porque esteve cá no último mandato, não sei se o PSD votou contra, mas talvez tenha votado contra o orçamento, onde já estava previsto que esta obra iria decorrer em dois anos, 2021 e 2022. Qual é a surpresa? -----

Quanto à questão do jardim inclinado, que o senhor deputado diz ser uma ideia de esbanjamento de dinheiro. Eu admitia ouvir isso de algumas pessoas, mas da sua parte é difícil de acreditar. Vamos lá ver, este investimento tem 50% logo à cabeça, pago pela União Europeia. O senhor deputado não sabe que está incluído no Portugal 2020, no PEDU? Isso já vem do tempo em que o senhor era





MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

C. G. M.  
F. G.  
J. M.

Vereador, esqueceu durante este tempo? Aquilo tem fundos comunitários. A Câmara Municipal ou os montijenses, não estão a pagar quatrocentos mil euros, mas sim duzentos mil. -----

Quanto aos centros de saúde, o senhor deputado tem que votar favoravelmente este orçamento, porque ele prevê a construção de centros de saúde. Vamos começar a tratar dos centros de saúde, finalmente, no concelho do Montijo. é uma competência que a câmara também assumiu, de forma clara, para desenvolver respostas em cuidados primários de saúde. Até agora nós não tínhamos a competência para construir qualquer centro de saúde, como também não é, e os senhores deputados têm que ter essa consciência, competência da Câmara Municipal, gerir hospitais, nem construí-los. De acordo com a Lei Portuguesa essa não é uma competência da Câmara. Todos temos que perceber sobre que matérias em que a câmara pode intervir. -----

Relativamente a estas questões, queria dizer ao senhor deputado, que olha para estas coisas de modo pouco amplo, com um olhar muito redutor, no sentido de criar uma narrativa negacionista para si e para a cidade e, do meu ponto de vista, penso que este discurso, que lamento até dizer, é muito vulgar da sua parte, com o qual estou em profundo desacordo e que realmente destrói a credibilidade da Câmara Municipal do Montijo, da cidade do Montijo e também dos montijenses. -----

Dizer também ao senhor deputado e a todos os que aqui estão presentes que a questão do DOMUS e do restaurante MONTIAGRI, são duas concessões que estão neste momento a ser elaboradas, para que, no próximo ano possamos colocá-las na rua". -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Handwritten signatures in blue ink.*

O Senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra, disse: “Dizer algumas notas em relação a este orçamento. Realçar efetivamente que este orçamento repete, e não dizemos isto em forma de ataque pessoal a quem quer que seja, nem vamos utilizar qualquer linguagem descabida, mas dizer que repete promessas já apresentadas ao longo dos vários anos de gestão autárquica do Partido Socialista. Este orçamento também demonstra em evidência, a obsessão da mesma gestão, de abandono da nossa zona ribeirinha e é urgente e necessário, alterar esta situação, com vista ao aproveitamento de todas as suas potencialidades económicas e sociais. Não é entendível que ao longo de mais de vinte anos seguidos de gestão do PS que não tenha sido implementado um gabinete específico como opção política prioritária voltado para o aproveitamento da nossa zona ribeirinha. Não é aceitável, é lamentável, que a população do nosso concelho, senhor Presidente, tenha de continuar a deslocar-se a Alcochete, Moita e Seixal, para beneficiar do bem-estar da zona ribeirinha. Dizemos isto com grande mágoa e tristeza porque esta situação é insustentável, não é compreensível, é urgente voltar essa página negra. ----- Também dizer, Senhor Presidente, que nós, no âmbito do estatuto do direito da oposição e na continuação de tudo isto, apresentámos várias propostas para este orçamento, destacamos imediatamente a zona ribeirinha, o estudo da sua reabilitação e regeneração, a construção de uma capela digna, em sarilhos grandes, a intervenção no trânsito da Rua da Escola Primária, em Sarilhos Grandes, para por termo àquela situação inaceitável na tomada e largada das crianças com o perigo que aquilo representa, e apresentámos igualmente, para todas as freguesias, num total de dezoito propostas. É evidente que estas



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

C. B. P.  
y. l. e.

opções políticas deste orçamento é da exclusiva responsabilidade do PS. Nós teríamos outras e melhores opções. -----

Em relação à saúde, senhor Presidente, estando de acordo de facto, porque a saúde, os centros de saúde e os hospitais, significam direitos universais e os direitos universais que a Constituição consagra, não podem ficar ao sabor do concelho A, B, C ou D. Onde há condições económicas faz-se centros de saúde e hospitais e onde não há, não se faz. Enquanto direitos universais têm que ter a garantia da intervenção do estado, mas, senhor Presidente, quer o PS e o PSD, sobre esta matéria, era bom terem um pouco de atenção, porque pouco ou nada podem falar. Os senhores sistematicamente, na Assembleia da República, em Lisboa, onde isso se decide, ao longo de mais de vinte anos, votaram contra a construção do centro de saúde no Montijo e às extensões dos centros de saúde nas várias freguesias, incluindo a construção do novo hospital que sirva as populações do Montijo e Alcochete. Foi essa a vossa postura política. Como é que podem na Assembleia da República, local onde se decide, na onda da verdade, ter a posição de dizer não, e depois aqui na Assembleia Municipal e na Câmara como possíveis defensores de uma coisa sobre a qual no local certo, votaram contra. Isto é inaceitável, é deste tipo de coisas que a população não gosta e é isto que abre o caminho para o populismo. Em relação à saúde, nós sabemos o que é que se passou e que com tudo isso puseram em causa os interesses do Montijo e agora é aceitável que as mesmas forças políticas venham dizer que isto é prioritário para resolver o problema? É evidente que não. É bom que se tenha memória porque esta é a realidade dos factos, foi o que se passou. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedem  
Sb.  
H. L.

Nesta primeira intervenção é isto que temos a dizer sobre o orçamento, mas dizemo-lo com mágoa porque não queremos continuar, é impensável continuar esta página negra das costas voltadas para o rio. É urgente alterar esta situação, senhor Presidente”.

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, disse: “Relativamente a esta questão levantada pela oposição CDU sobre a intervenção da frente ribeirinha, nós já enquadrámos diversas vezes a intervenção da frente ribeirinha e as dificuldades que qualquer câmara de qualquer partido tinha nessa intervenção, isto é, a Câmara Municipal em todos os locais e em todas as situações que são em terrenos municipais, interveio na frente ribeirinha. Fez isso ao longo de um acordo com a APL no cais dos vapores, fez isso depois, no cais das faluas, com a construção daquela ponte e toda aquela circulação que temos até ao moinho de maré, recuperou o moinho de maré, fez também a intervenção da zona do passeio do cais e está agora a fazer com o jardim inclinado mais uma intervenção na frente ribeirinha. Portanto, a Câmara Municipal do Montijo, ao contrário do que está aqui a ser dito, sempre fez intervenções na frente ribeirinha. Porventura, não chegam, concordo com os senhores, e teremos que continuar a fazer, mas, por exemplo, toda a área de intervenção da frente ribeirinha, que vai desde o cais dos vapores até ao atual moinho das nascentes, que por acaso e por iniciativa nossa, a câmara comprou, efetivamente são terrenos de iniciativa de desenvolvimento privados e nós não temos condições de fazer expropriação de terrenos para fazer qualquer intervenção na frente ribeirinha. Como é que a câmara tem ponderado essa intervenção? É simples, tem ponderado numa intervenção e nos interesses que



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedee  
LB.  
J. J. J.

podem existir do ponto de vista do desenvolvimento privado de cada uma daquelas propriedades, a necessidade de contruir em situação de habitação, todo um paredão frontal, na frente ribeirinha. Não há outra forma, senhores deputados, de construir ou de regenerar a frente ribeirinha. Todos temos ideias para regenerar a frente ribeirinha, estou completamente de acordo, não é isso que está em causa, mas como é que executamos isso? Como é que isso se concretiza? Não poderá ser em terrenos privados. Tem que se concretizar com intervenções dos urbanizadores e com situações que permitam desenvolver essa área. Não há outra forma de resolver a situação porque não é possível intervir em terreno privados. -----

Desde a zona do moinho das nascentes ou moinho da MUNDET, até aos cais dos vapores, não há terreno, com exceção da zona do matadouro, que seja de iniciativa pública, todos são de iniciativa privada. -----

Nós também gostaríamos de ter avançado mais, seria até mais interessante estarmos a discutir a forma de ali intervir do que estarmos a ouvir que há ausência dessa intervenção e temos várias intenções de investimento de propriedades privadas, deixando como é claro, a construção do paredão, mas infelizmente, como os senhores sabem, existem algumas limitações por parte da Agência Portuguesa do Ambiente, relativamente às questões de construção naquele local. Portanto, esta é uma situação que tem vindo a ser tratada pelos investidores privados, pela Câmara Municipal, para resolver de que forma é que conseguiremos ter uma boa frente ribeirinha. -----

Quanto aos terrenos da Câmara, quero-vos dizer com toda a sinceridade e com base nos orçamentos executados pela câmara, podem verificar isso ao longo da história, nestes últimos vinte e quatro anos, fizemos diversas intervenções na



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ce Ju  
Fh  
H. J.

frente ribeirinha e continuamos a fazer. Concordo quando dizem que temos de intervir mais na frente ribeirinha, mas há esta limitação, que é inultrapassável sem envolver os proprietários dos terrenos. Portanto, é entendível senhor deputado Avelino Antunes, esta questão, quando nós estamos na presença de toda a informação porque fazer retórica e dizer que se quer a frente ribeirinha recuperada, qualquer um de nós diz, é fácil, o problema é como é que lá chegamos e para lá chegarmos precisamos de uma situação que envolva, neste caso, investimento privado. -----

Quanto à questão das repetições, sim nós temos, e vamos tendo repetições, porque alguns dos projetos são enquadráveis em investimento comunitário e nós aproveitamos sempre esse investimento e já agora quero dizer, para responder ao não cumprimento do Partido Socialista nos orçamentos, qualquer senhor deputado desta assembleia pode ver, que os últimos anos têm sido sempre com a execução do orçamento da câmara, na ordem dos 90%. É só verem no passado, está lá tudo dito e alguns dos senhores sabem porque conhecem os documentos que mencionam concretamente essa percentagem de execução da despesa. -----

Sobre a matéria de saúde pública, volto a dizer que não é competência desta câmara nem de qualquer outra neste País, construir hospitais. Neste momento já é competência das câmaras, construir centros de saúde e é por isso que estamos a tomar como empreitada concretizar centros de saúde e vamos fazê-lo, quer tenhamos a CDU ou o PSD connosco ou não. Nós vamos tentar construir essa rede de centros de saúde que vai permitir ter uma rede de cuidados primários, não se poderá fazer tudo de uma única vez, vai-se fazendo durante estes quatro anos, de modo que no final deste mandato, tenhamos



MUNICÍPIO DO MONTIJO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cedur.  
F6,  
HPC.

uma rede que permita, claramente, responder a quem necessita do Serviço Nacional de Saúde em termos de cuidados primários e porventura, com uma boa rede de cuidados primários, evitar algum excesso de pessoas nas urgências hospitalares. Espero que, estando já o centro de saúde do Areias previsto e com o projeto a ser desenvolvido logo no início do janeiro, que possamos ter, evidentemente, o apoio dos senhores deputados para este desígnio, que é importantíssimo". -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, devido ao adiantado da hora, questionou o plenário sobre a possibilidade de continuar a discussão deste ponto na segunda reunião, a realizar no dia treze de dezembro. Todos concordaram. -----

Seguidamente, foi a presente ata aprovada em minuta nos termos e para os efeitos do nº 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, por forma a produzir eficácia imediata. -----

A senhora Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrada a reunião, eram 01 horas e dez minutos, do dia onze de dezembro de dois mil e vinte e um.

E eu, *Maria Antónia Tomás Fontes*, Assistente Técnica, da Assembleia Municipal, fiz lavrar a presente ata que subscrevo, juntamente com a constituição da mesa. -----





**MUNICÍPIO DO MONTIJO**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

----- A Presidente da Assembleia -----

*Ce. M. J. M. V.*

----- O 1º Secretário -----

*F. S. C. S.*

----- A 2ª Secretária -----

*Sandra Lopes.*